



AS POLÍTICAS
CULTURAIS
NA GALIZA

LAS POLÍTICAS
CULTURALES
EN GALICIA

Marcos Lorenzo

Artigo publicado em Revista Grial, nº 215 (Novembro de 2017).

Agradecimentos a José Ramon Pichel (Imaxín Software) e Paulo Lamas pela sua inestimável ajuda na adaptação do artigo à normativa do Acordo Ortográfico.

Graças também a Nela Fraga (página 4), Ovidio Aldegunde (páginas 24 e 25) e Manuel G. Vicente (página 29) pela transferência de suas fotografias.

AS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS LAS ADMINISTRACIONES PÚBLICAS	8
OUTROS AGENTES OTROS AGENTES	12
A (NÃO) PROJEÇÃO EXTERIOR LA (NO) PROYECCIÓN EXTERIOR	17
HÁ POLÍTICA CULTURAL NA GALIZA? HAY POLÍTICA CULTURAL EN GALICIA?	20
ALGUMAS BOAS PRÁTICAS ALGUNAS BUENAS PRÁCTICAS	26
A NOVA DIREITA E A CULTURA LA NUEVA DERECHA Y LA CULTURA	30
O QUÊ FAZER? QUE HACER?	34
BIBLIOGRAFIA BIBLIOGRAFÍA	39



Ao longo deste artigo realizaremos uma reflexão geral sobre as políticas culturais na Galiza, os seus principais destinatários e agentes, os seus objetivos (implícitos e explícitos) e a sua evolução recente. Deixaremos indicados alguns problemas, abriremos perguntas para suscitar o debate e apontaremos possíveis soluções. Não se trata de um texto académico mas ensaístico, e portanto não nos pronunciamos mas apenas mostramos um conjunto de informações e opiniões pessoais desde um estilo livre e com certa ordem.

Como é bem sabido, a política é uma forma de canalizar o conflito social. Nenhuma política é neutra: favorece a certos segmentos de população em detrimento de outros. O mesmo acontece com as políticas culturais. Se queremos conhecer quem sai beneficiado e quem prejudicado da ação cultural pública, teremos que observar quais são os objetivos manifestos de política cultural das administrações. E aqui já encontramos o primeiro obstáculo: em poucos casos os objetivos culturais são explícitos, e quando o são costumam expressar boas intenções e digressões difíceis de quantificar e que a pouco comprometem. Diz Arturo Rodríguez Morató (2012):

Se partimos da clássica distinção em sociologia das organizações, entre organizações que operam com tecnologias e objetivos bem definidos e estão submetidos a estritos controlos dos seus *outputs* (organizações baseadas na eficiência) e outras cujos objetivos e procedimentos são mais indefinidos e carecem desses controlos (organizações baseadas na legitimidade), vemos que as administrações e instituições culturais, que canalizam a política cultural se situam claramente do lado das segundas.

Embora podemos identificar numerosas exceções no meio estatal e europeu, achamos que este princípio geral é particularmente adequado para as instituições culturais gallegas. No nosso país, o planeamento da cultura é uma raridade, bem como a elaboração prévia de diagnósticos que justifiquem uma política ou a posterior avaliação de resulta-

A lo largo de este artículo realizaremos una reflexión general sobre las políticas culturales en Galicia, sobre sus principales destinatarios y agentes, sus objetivos (implícitos y explícitos) y su evolución reciente. Dejaremos indicados algunos problemas, abriremos preguntas para suscitar el debate y apuntaremos posibles soluciones. No se trata de un texto académico sino ensayístico, y por lo tanto no aspiramos a sentar cátedra sino a mostrar un conjunto de informaciones y opiniones personales desde un estilo libre y con cierta orden.

Como es bien sabido, la política es una forma de canalizar el conflicto social. Ninguna política es neutra: favorece a ciertos segmentos de población en detrimento de otros. Lo mismo sucede con las políticas culturales. Si queremos conocer quien sale beneficiado y quien perjudicado de la acción cultural pública, tendremos que observar cuáles son los objetivos manifestos de política cultural de las administraciones. Y aquí ya encontramos el primer escollo: en muy contadas ocasiones los objetivos culturales son explícitos, y cuando el sonido suelen expresar buenas intenciones y vaguedades difíciles de cuantificar y que a poco comprometen. Dice Arturo Rodríguez Morató (2012):

Si partimos de la clásica distinción en sociología de las organizaciones, entre organizaciones que operan con tecnologías y objetivos bien definidos y están sometidos a estrictos controles de sus *outputs* (organizaciones basadas en la eficiencia) y otras cuyos objetivos y procedimientos son más vagos y carecen de esos controles (organizaciones basadas en la legitimidad), vemos que las administraciones e instituciones culturales, que canalizan la política cultural, se sitúan claramente del lado de las segundas.

Aunque podemos identificar numerosas excepciones en el entorno estatal y europeo, creemos que este principio general es particularmente adecuado para las instituciones culturales gallegas. En nuestro país, la planificación de la cultura es una rareza, así como la elaboración previa de diagnósticos que

dos. Portanto, ao não dispormos de documentos oficiais a partir dos quais discernir que grupo social está a ser priorizado ou subordinado, recorramos aos expertos. Diz Pau Rausell (2016):

A despesa local em cultura em Espanha mostra os maiores níveis de ineficiência, cedeu, como em outros casos, ao modelo clientelar e no geral mostra poucos níveis de transparência e participação.

E no que respeita às tomadas de decisão dos responsáveis políticos da cultura, acrescenta:

Em primeiro lugar, temos de superar a aproximação ocasional e apresentar certa racionalidade instrumental. O contexto das políticas culturais viveu sob uma retórica onde o argumento “culturalista” e a repetição de lugares comuns foram suficientes para justificar decisões episódicas. Estas decisões, em muitos dos casos foram fruto da incompetência, mas em outros muitos serviram para que agentes interessados e lobbies sequestrassem o interesse coletivo.

Também ao falar das políticas culturais em Espanha a partir da Transição, Lluís Bonet (2016) assinala que estiveram “orientadas à oferta”, foram “despesistas”, “pouco sustentáveis a longo prazo”, “miópes a respeito de dinâmicas sociocomunitárias” e “clientelar com os produtores”. Portanto já podemos deduzir algo. Teve uma tendência geral ao clientelismo e ao relacionamento privilegiado entre decisores públicos (responsáveis políticos ou técnicos da administração) com os produtores de cultura (artistas, empresas, lobbies setoriais), que sequestrou o interesse coletivo e que desatendeu a cidadania e as dinâmicas sociais. O retrato encaixa à perfeição com o que a nossa experiência indica para o caso galego.

Um dos sintomas da escassa ou nula orientação na Galiza das políticas culturais para a cidadania o podemos encontrar na procura cultural. Os consumos culturais galegos são sensivelmente inferiores à média espanhola (201,9 €/ano por pessoa na Galiza, frente a 260,1 € em Espanha, para o ano 2014) e não

justifiquen una política o la posterior evaluación de resultados. Por lo tanto, si no disponemos de documentos oficiales a partir de los cuales discernir qué grupo social está siendo priorizado o subordinado, recurramos a los expertos. Dice Pau Rausell (2016):

El gasto local en cultura en España muestra los mayores niveles de ineficiencia, sucumbió, como en otros casos, al modelo clientelar y, en general, muestra pocos niveles de transparencia y participación.

Y con respecto a las tomas de decisión de los responsables políticos de la cultura, añade:

En primer lugar, hay que superar la aproximación ocasional y presentar cierta racionalidad instrumental. El contexto de las políticas culturales vivió bajo una retórica donde el argumento “culturalista” y la repetición de clichés y lugares comunes fueron suficientes para justificar decisiones ocurrenciales. Estas decisiones, en muchos casos fueron fruto de la incompetencia, pero en otros muchos sirvieron para que agentes interesados y lobbies secuestraran el interés colectivo.

También al hablar de las políticas culturales en España a partir de la Transición, Lluís Bonet (2016) señala que estuvieron “orientadas a la oferta”, fueron “manirrotas”, “poco sostenibles a largo plazo”, “miopes al respecto de las dinámicas socio-comunitarias” y “clientelar con los productores”. Por lo tanto ya podemos deducir algo. Hubo una tendencia general al clientelismo y a la relación privilegiada entre decisores públicos (responsables políticos o técnicos de la administración) con los productores de cultura (artistas, empresas, lobbies sectoriales), que secuestró el interés colectivo y que desatendió a la ciudadanía y a las dinámicas sociales. El retrato encaja a la perfección con lo que nuestra experiencia indica para el caso gallego.

Uno de los síntomas de la escasa o nula orientación en Galicia de las políticas culturales hacia la ciudadanía lo podemos encontrar en la demanda cultural. Los consumos culturales gallegos son sensiblemente inferiores al promedio español (201,9 €/año por persona

recortámos essa distância na última década. Não só gastamos menos, mas fazemo-lo em muita maior proporção em equipamentos audiovisuais e informáticos do que em serviços culturais (assistência a espetáculos, aquisição de livros, visitas a museus...). E isso se falarmos de forma agregada, porque se analisarmos os consumos dos diferentes segmentos de população em função das rendas, níveis educativos, idades ou habitats, veremos como a sociedade galega está mais polarizada do que a espanhola e há um subgrupo social mais amplo que apenas consome cultura.

Neste sentido, resulta particularmente inspirador o documento “Política cultural 2011-2016”, elaborado pelo Consejo Nacional de la Cultura y las Artes de Chile, no que se distingue entre cinco subgrupos sociais em função dos consumos, hábitos e práticas culturais. Efetivamente, se não diferenciamos os comportamentos de cada subgrupo dificilmente poderemos delinear estratégias adaptadas a cada caso, e portanto as políticas correm o risco de ser inúteis. Desde outro ângulo, o professor Manuel Gago vem insistindo de um tempo a esta parte em que quicá não exista um único “público galego da cultura”, mas será melhor dizer diferentes públicos ligados cada um a determinada disciplina artística (música, cinema, literatura, teatro, plástica...) e com escassa conexão com as outras. Conclusão: enquanto não dispormos dum diagnóstico apurado, não conseguiremos implementar políticas eficazes de estímulo da procura.

Efetivamente, o estímulo da procura é uma linha mais, nem sequer a principal, de uma política que situe a cidadania no centro. Há outras linhas de atuação possíveis que têm que ver com o sociocultural e com a participação das pessoas no facto criativo. Neste último caso, falaríamos do paradigma da democracia cultural, presente na Europa desde maio do 68 e consagrado em conferências internacionais a partir da década dos

em Galicia, frente a 260,1 € en España, para el año 2014) y no recortamos esa distancia en la última década. No sólo gastamos menos, sino que lo hacemos en mucha mayor proporción en equipos audiovisuales e informáticos que en servicios culturales (asistencia a espectáculos, adquisición de libros, visitas a museos...). Y eso si hablamos de forma agregada, porque si analizamos los consumos de los diferentes segmentos de población en función de las rentas, niveles educativos, edades o hábitats, veremos como la sociedad gallega está más polarizada que la española y hay un subgrupo social más amplio que apenas consume cultura.

En este sentido, resulta particularmente inspirador el documento “Política cultural 2011-2016”, elaborado por el Consejo Nacional de la Cultura y las Artes de Chile, en el que se distingue entre cinco subgrupos sociales en función de los consumos, hábitos y prácticas culturales. En efecto, si no diferenciamos los comportamientos de cada subgrupo difícilmente podremos perfilar estrategias adaptadas a cada caso, y por lo tanto las políticas corren el riesgo de ser inútiles. Desde otro ángulo, el profesor Manuel Gago viene insistiendo de un tiempo a esta parte en que quizás no exista un único “público gallego de la cultura”, sino más bien diferentes públicos ligados cada uno a determinada disciplina artística (música, cine, literatura, teatro, plástica...) y con escasa conexión con las otras. Conclusión: mientras no dispongamos de un diagnóstico refinado, no lograremos implementar políticas eficaces de estímulo de la demanda.

Por supuesto, el fomento de la demanda es una línea más, ni siquiera la principal, de una política que sitúe la ciudadanía en el centro. Hay otras líneas de actuación posibles que tienen que ver con lo sociocultural y con la participación de las personas en el hecho creativo. En este último caso, hablaríamos del paradigma de la democracia cultural, presente en Europa desde mayo del 68 y consagrado en conferencias internacionales

80, mas que na Galiza *não dá sinais de vida* (salvo contadas experiências locais). A este respeito convém destacar, como uma valiosa exceção, o trabalho teórico desenvolvido pelo professor Héctor Pose, quem aprofundou na focagem sociocultural adaptado à nossa realidade, e com uma particular ênfase no papel da educação cultural na cidadania.

AS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

Na ausência de objetivos explícitos e de planeamento real, e se as decisões de política cultural são basicamente ocorrências ou resultado das negociações com agentes produtores de cultura, então nos interessa conhecer quem são esses agentes e quais são os seus interesses. Quiçá assim possamos discernir quem são os beneficiários da política cultural.

O agente dominante do mercado da cultura na Galiza (outra coisa é a ecossistema cultural) é a administração pública. As suas decisões condicionam unilateralmente o conjunto do setor. As empresas, os artistas e profissionais, e o coletivismo civil não têm a dimensão suficiente para definir as regras de jogo nem as linhas mestras de desenvolvimento cultural do país. É bem sabido que como melhor se expressam as administrações e os governos, à margem da conhecida retórica, é através dos boletins oficiais e dos orçamentos. Ora bem, se analisamos a despesa liquidada em cultura pela Xunta de Galicia e pelo conjunto de administrações locais (*deputacións provinciais* e câmaras municipais de mais de 5.000 habitantes), obteremos os **gráficos 1 e 2**.

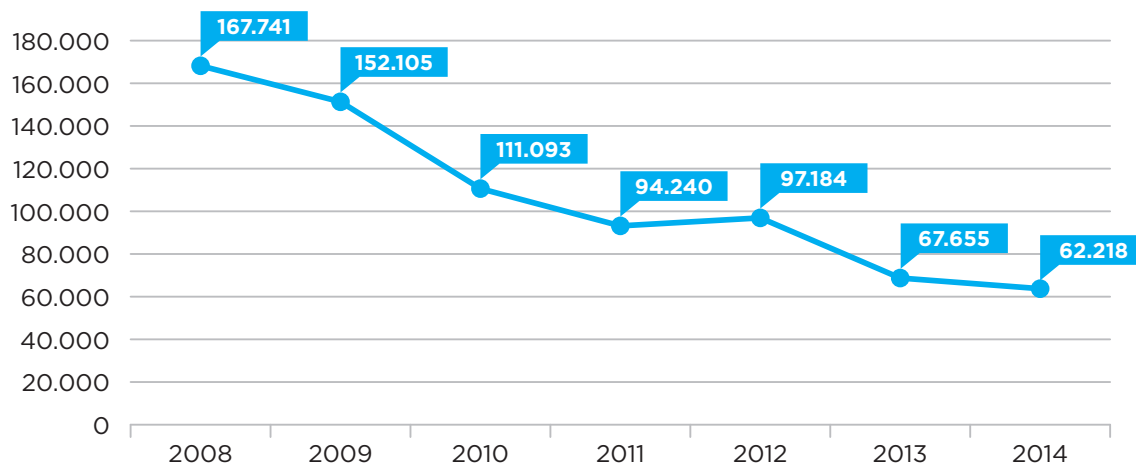
a partir de la década de los 80, pero que a Galicia no parece haber llegado (salvo contadas experiencias locales). A este respecto conviene destacar, como una valiosa excepción, el trabajo teórico desplegado por el profesor Héctor Pose, quien profundizó en el enfoque sociocultural adaptado a nuestra realidad, y con un particular acento en el papel de la educación cultural en la ciudadanía.

LAS ADMINISTRACIONES PÚBLICAS

Si no hay objetivos explícitos, si no hay planificación propiamente dicha, si las decisiones de política cultural son básicamente ocurrencias o resultado de las negociaciones con agentes productores de cultura, entonces nos interesa conocer quiénes son esos agentes y cuáles son sus intereses. Quizás así podamos discernir quiénes son los beneficiarios de la política cultural.

El agente dominante del mercado de la cultura en Galicia (otra cosa es el ecosistema cultural) es la administración pública. Sus decisiones condicionan unilateralmente al conjunto del sector. Las empresas, los artistas y profesionales, y el asociacionismo de base no tienen la dimensión suficiente para definir las reglas de juego ni las líneas maestras de desarrollo cultural del país. Es bien sabido que como mejor se expresan las administraciones y los gobiernos, al margen de la consabida retórica, es mediante los boletines oficiales y los presupuestos. Pues bien, si analizamos el gasto liquidado en cultura por la Xunta de Galicia, y por el conjunto de administraciones locales (*diputaciones* y ayuntamientos de más de 5.000 habitantes), obtendremos los **gráficos 1 y 2**.

Despesa liquidada em Cultura pela Xunta de Galicia (em milhares de €)

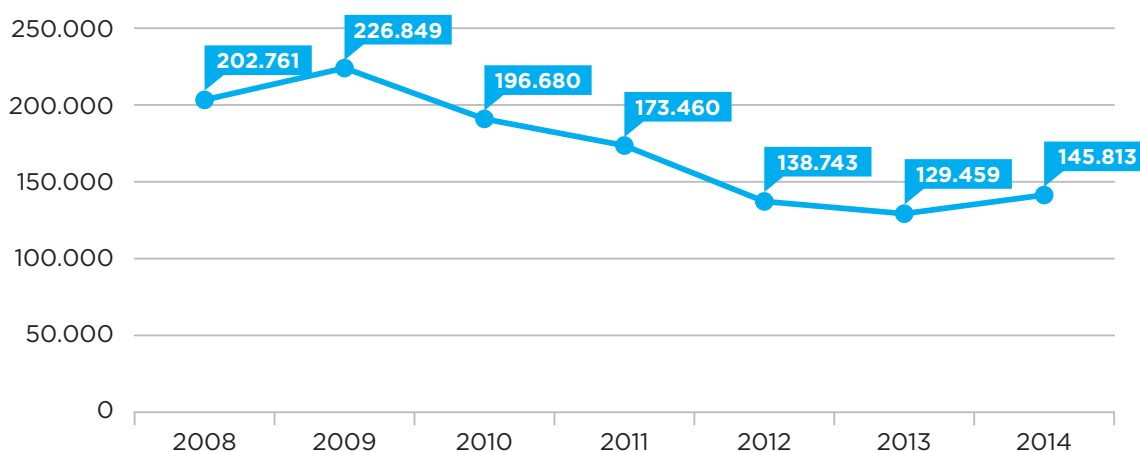


Fontes: MECD. Estadística de financiamento e despesa pública em cultura, MHAP. Estadística de execução dos orçamentos das comunidades autónomas | Elaboração própria.

Gasto liquidado en Cultura por la Xunta de Galicia (en miles de €)

Fuentes: MECD. Estadística de financiación y gasto público en cultura, MHAP. Estadística de liquidación de los presupuestos de las comunidades autónomas | Elaboración propia.

Despesa liquidada em Cultura pelas Administrações Locais (em milhares de €)



Fonte: MHAP. Estadística de ejecución dos orçamentos das entidades locais | Elaboração própria.

Gasto liquidado en Cultura por las Administraciones Locales (en miles de €)

Fuente: MHAP. Estadística de liquidación de los presupuestos de las entidades locales | Elaboración propia.

A despesa em cultura reduziu-se drasticamente a partir da última crise económica, contrariando uma dinâmica ascendente de duas décadas (Xan Bouzada, 2008). No caso da Xunta de Galicia, entre 2008 e 2014 a queda foi de 62,9 por cento. Enquanto, o orçamento geral da Xunta diminuiu no seu conjunto entre um 12 e um 15 por cento, segundo a fonte consultada. No que respeita às administrações locais, a diminuição para o mesmo período foi de 28,1 por cento, menos de metade que a administração autonómica. Para além do mais, nas administrações locais observamos uma recuperação recente enquanto na Xunta mantém-se uma queda constante.

Se comparamos a evolução da despesa executada da Xunta com o resto das comunidades autónomas do Estado, veremos que a nossa administração empenhou-se nos cortes nos orçamentos culturais com maior contundência (50,8 por cento de diminuição média nas comunidades autónomas), apesar de dispor a Galiza de uma língua própria e de uma cultura diferenciada. Devemos notar que entre 2008 e 2014 não só vivemos uma crise económica, mas também uma mudança na cor política que governa San Caetano.

No ano 2014, a Xunta de Galicia destinou um 0,61 por cento do seu orçamento à cultura. Essa cifra contrasta fortemente com a contribuição do setor cultural ao emprego da Comunidade: um 2,8 por cento do total. O que nos permite questionar o mito da cultura como um setor hipersubvencionado. Se queremos tomar uma cifra de referência no nosso meio, fruto da análise comparada de políticas culturais, o professor Pau Rausell considera razoável que os governos autonómicos atribuam à cultura em redor ao 2 por cento do seu orçamento, e as autarquias entre um 5 e um 10 por cento.

Chegados a este ponto caberia perguntar-se em quê se gastaram esses recursos. Pois bem, neste assunto Galiza leva mostrando um comportamento radicalmente diferen-

El gasto en cultura se redujo drásticamente a partir de la última crisis económica, quebrando una dinámica ascendente de dos décadas (Xan Bouzada, 2008). En el caso de la Xunta de Galicia, entre 2008 y 2014 la caída fue de un 62,9 por ciento. Mientras, el presupuesto general de la Xunta mermó en su conjunto entre un 12 y un 15 por ciento, según la fuente consultada. En lo tocante a las administraciones locales, el descenso para lo mismo período fue de un 28,1 por ciento, menos de la mitad que la administración autonómica. Además, en las administraciones locales observamos un repunte reciente mientras que en la Xunta se mantiene una caída constante.

Si comparamos la evolución del gasto liquidado de la Xunta con el resto de las comunidades autónomas del Estado, veremos que nuestra administración se aplicó en los recortes culturales con mayor contundencia (50,8 por ciento de bajada media en las comunidades autónomas), a pesar de disponer Galicia de una lengua propia y de una cultura diferenciada. Debemos notar que entre 2008 y 2014 no sólo vivimos una crisis económica, sino también un cambio en el color político que gobierna San Caetano.

En el año 2014, la Xunta de Galicia destinó un 0,61 por ciento de su presupuesto a cultura. Esa cifra contrasta fuertemente con la aportación del sector cultural al empleo de la Comunidad: un 2,8 por ciento del total. Lo que nos permite cuestionar el mito de la cultura como un sector hipersubvencionado. Si queremos tomar una cifra de referencia en nuestro entorno, fruto del análisis comparado de políticas culturales, el profesor Pau Rausell considera razonable que los gobiernos autonómicos asignen a la cultura alrededor del 2 por ciento de su presupuesto, y los municipales entre un 5 y un 10 por ciento.

Llegados a este punto cabría preguntarse en qué se gastaron esos recursos. Pues bien, en este asunto Galicia lleva mostrando un comportamiento netamente diferencial respecto

ciado em relação a outros territórios. Se em autonomias como Madrid, Catalunha e o País Basco o habitual nas últimas décadas foi que as despesas de capital supusessem um 15 por cento do total e as despesas correntes um 85 por cento, na Galiza as proporções foram inversas. Até ao ano 2012 as despesas de capital em cultura da Xunta de Galicia moveram-se em redor ao 70 por cento. Isso vem a significar, numa tradução simplificada, que dois terços da despesa em cultura se encaminharam à construção de equipamentos em vez de a pessoal e atividades. A política de inaugurações e cortes de fitas é grata para o responsável político e encobre a falta de ideias e de projeto estratégico. Em outro artigo resumíamos a situação com um mote para o futuro: mais equipas (pessoal qualificado) e menos equipamentos. Para ser justos, convém enfatizar que nos anos 2013 e 2014 se vem detetando uma mudança nessa tendência, e na atualidade as despesas correntes já superam às de capital. É claro, a questão é que com o escasso orçamento existente (Pau Rausell, 2016):

Nestes momentos os recursos destinam-se basicamente à sobrevivência da administração cultural e à manutenção dos equipamentos em mínimos.

Em coerência com esta distribuição de despesa, a Xunta de Galicia, mas também as *diputacions provinciais* e a maior parte das câmaras municipais, têm um severo défice de pessoal. Resulta complexo, por não dizer impossível, desenhar e implementar políticas de médio e longo prazo, com capacidade transformadora, quando se carece do mínimo número necessário de pessoal qualificado. A via da subcontratação a empresas prestadoras de serviços faz sentido quando se trata de cobrir necessidades pontuais, mas mostra as suas carências quando substitui labores essenciais do serviço público, como definir prioridades e objetivos, fixar as metodologias e os destinatários, promover projetos em comum com o tecido cultural ou realizar tarefas de controlo e seguimen-

de outros territorios. Si en autonomías como Madrid, Cataluña y el País Vasco lo habitual en las últimas décadas fue que los gastos de capital supusieran un 15 por ciento del total y los gastos corrientes un 85 por ciento, en Galicia las proporciones fueron inversas. Hasta el año 2012 los gastos de capital en cultura de la Xunta de Galicia se movieron alrededor del 70 por ciento. Eso viene a significar, en una traducción simplificada, que dos tercios del gasto en cultura se encaminó a la construcción de equipamientos en vez de a personal y actividades. La política de inauguraciones y cortes de cintas es grata para el responsable político y encubre la falta de ideas y de proyecto estratégico. En otro artículo resumíamos la situación con un eslogan para el futuro: más equipos (personal cualificado) y menos equipamientos. Para ser justos, conviene matizar que en los años 2013 y 2014 se viene detectando un giro en esa tendencia, y en la actualidad los gastos corrientes ya superan a los de capital. Claro, la cuestión es que con el escaso presupuesto existente (Pau Rausell, 2016):

En estos momentos los recursos se destinan básicamente a la supervivencia de la administración cultural y al mantenimiento de los equipamientos al ralenti.

En coherencia con esta distribución de gasto, la Xunta de Galicia, pero también las *diputaciones* y la mayor parte de los ayuntamientos, adolece de un severo déficit de personal. Resulta complejo, por no decir imposible, diseñar e implementar políticas de medio y largo plazo, con capacidad transformadora, cuando se carece del mínimo número necesario de personal cualificado. La vía de la subcontratación a empresas prestadoras de servicios tiene sentido cuando se trata de cubrir necesidades puntuales, pero muestra sus costuras cuando sustituye labores esenciales del servicio público, como definir prioridades y objetivos, fijar las metodologías y los destinatarios, impulsar proyectos en común con el tejido cultural o realizar tareas de control y seguimiento. Una adminis-

to. Uma administração descapitalizada, sem quadros técnicos intermédios, é volátil, instável e ignorante (não aprende da sua própria experiência).

Tudo isto tem muito a ver com uma “classe política” que desconhece a importância das políticas culturais nas sociedades contemporâneas. De facto, com meritórias exceções, os cargos em cultura costumam recair em políticos de perfil baixo, sem peso suficiente para determinar a ação de governo.

OUTROS AGENTES

Além das administrações públicas, há outros agentes que desempenham um papel relevante no nosso mercado cultural. A sua dimensão e dinâmicas de funcionamento são muito díspares. Ao longo deste apartado faremos uma breve aproximação valorativa à situação de algum deles, designadamente do tecido empresarial, dos coletivos civis, do *galeguismo* cultural e dos lobbies mediáticos. Estes agentes costumam possuir uma característica comum: produzem cultura em primeiro lugar para as administrações públicas, em qualidade de cliente único ou preferente, e só de forma secundária para os públicos. Tal e como indicamos neste ensaio, as administrações detiveram um papel hegemónico no mercado cultural. Falamos em passado porque a tendência está virando (por simples ausência do setor público), provocando um fundo processo de reformulação em muitos destes agentes, nas suas vias de financiamento, na sua organização interna, na seleção dos seus destinatários, etc.

Empresas

O tecido empresarial da cultura na Galiza apresenta um desenho extremamente atomizado. Em 2008, um 92,2 por cento das empresas tinham entre zero e cinco assalariados. Em 2013, já era o 94,4 por cento. Nesse mesmo período, o número de empresas com cem ou mais empregados reduziu-se

tración descapitalizada, sin cuadros técnicos intermedios, es volátil, inestable e ignorante (no aprende de su propia experiencia).

Todo esto tiene mucho que ver con una “clase política” que desconoce la importancia de las políticas culturales en las sociedades contemporáneas. De hecho, con honrosas excepciones, los cargos en cultura suelen recaer en políticos de perfil bajo, sin peso suficiente para determinar la acción de gobierno.

OTROS AGENTES

Además de las administraciones públicas, hay otros agentes que desempeñan un papel relevante en nuestro mercado cultural. Su dimensión y dinámicas de funcionamiento son muy dispares. A lo largo de este apartado haremos una breve aproximación valorativa a la situación de alguno de ellos, en particular del tejido empresarial, del asociacionismo de base, del *galleguismo* cultural y de los lobbies mediáticos. Estos agentes suelen poseer una característica común: producen cultura en primer lugar para las administraciones públicas, en calidad de cliente único o preferente, y solo de forma secundaria para los públicos. Tal y como indicamos líneas atrás, las administraciones ostentaron un rol hegemónico en el mercado cultural. Hablamos en pasado porque la tendencia está virando (por simple incomparecencia del sector público), provocando un hondo proceso de reformulación en muchos de estos agentes, en sus vías de financiación, en su organización interna, en la selección de sus destinatarios, etc.

Empresas

El tejido empresarial de la cultura en Galicia presenta un dibujo extremadamente atomizado. En 2008, un 92,2 por ciento de las empresas tenían entre cero y cinco asalariados. En 2013, ya era el 94,4 por ciento. En ese mismo período, el número de empresas con cien o más empleados se redujo a la mitad:

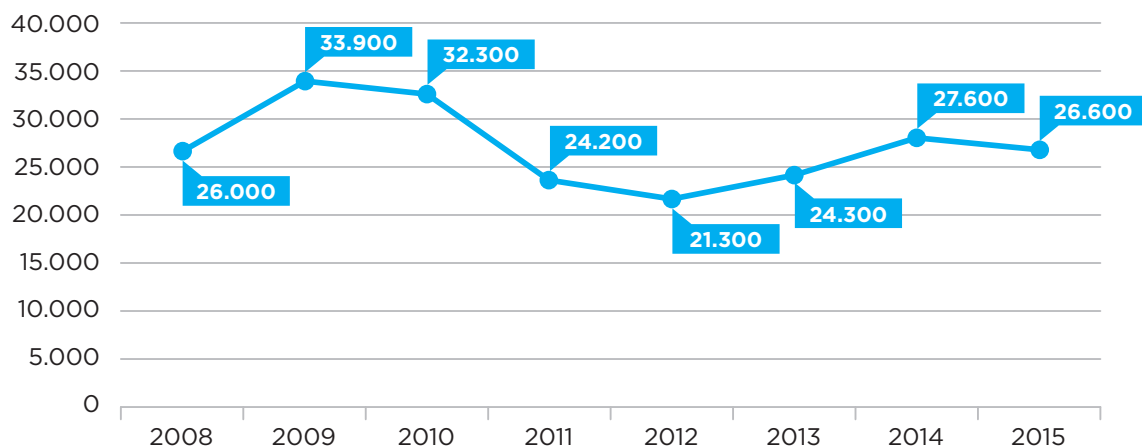
à metade: de vinte a dez. Portanto, a crise contribuiu a incrementar essa atomização. A redução dos orçamentos públicos para cultura, somado à diminuição nos consumos culturais das famílias e à contração dos patrocínios empresariais (incluída a extinção das caixas de poupanças locais), explicam em boa parte essa evolução.

O encolhimento do setor cultural e a diminuição do trabalho assalariado empurrou a muitos profissionais para o recurso ao trabalho em nome próprio/a. A maior parte destas microempresas em nome próprio foram criadas por artistas e criativos que precisavam duma plataforma para faturar ou que compartilhavam o seu labor criativo com outras tarefas “alimentícias”. Em consequência não é de estranhar que, dado a componente vocacional do trabalho em cultura, muitos destes empreendedores à força acabassem por assumir condições precárias e preços ridículos pelos seus serviços. Esse carácter resiliente explicaria que a queda do emprego não fosse mais violenta. Também é verdade que outros não puderam aguentar o embate da crise e cederam à emigração ou à hotelaria.

de veinte a diez. Por lo tanto, la crisis contribuyó a acentuar esa atomización. La reducción de los presupuestos públicos para cultura, sumado al descenso en los consumos culturales de las familias y a la contracción de los patrocinios empresariales (incluida la liquidación de las cajas de ahorros), explican en buena parte esa evolución.

La jibarización del sector cultural y la disminución del trabajo asalariado empujó a muchos profesionales a la vía del autoempleo. La mayor parte de estas microempresas unipersonales fueron creadas por artistas y creativos que necesitaban una plataforma para facturar o que compaginaban su labor creativa con otras tareas “alimenticias”. En consecuencia no es de extrañar que, dado el componente vocacional del trabajo en cultura, muchos de estos emprendedores a la fuerza acabaran por asumir condiciones precarias y precios irrisorios por sus servicios. Ese carácter resiliente explicaría que la caída del empleo no fuese más violenta. También es cierto que otros no pudieron aguantar el tirón y sucumbieron a la emigración o a la hostelería.

Emprego cultural



Fonte: INE. Inquérito de população ativa.
Médias anuais | Elaboração própria

Empleo cultural

Fuente: INE. Encuesta de población activa.
Promedios anuales | Elaboración propia.

Anteriormente à crise foram muitas as empresas culturais que subsistiram graças à sua proximidade ao poder político, ao abrigo de contratos ou subvenções. Sem essa respiração assistida desapareceriam. De facto, alguns promotores culturais foram na prática uma espécie de servidores públicos encobertos que percebiam ano após ano as ajudas, com independência da qualidade artística ou do apelo comercial das suas propostas, em troca de uma certa *pax* setorial. Neste sentido, os autores do artigo “La política cultural en la comunidad autónoma gallega: de la dependencia a la autonomía” (2012), referindo aos governos de Fraga Iribarne, assinalam que os relacionamentos entre a administração autonómica e o resto de agentes culturais tinham um carácter “quase pessoal”. Também nesta época houve casos singulares, como o da companhia de teatro Chévere, com uma focagem mais independente e uma constante preocupação pela geração e fidelização de públicos. Todavia, não deixa de ser outra das exceções que confirmam a regra. Na atualidade, e por causa da crise, a situação mudou para todos e a nova realidade obriga a uma maior aproximação aos públicos, a uma maior diversificação dos rendimentos e a um maior conhecimento em gestão. Só de forma muito recente começou a surgir oferta formativa para atender a essas carências.

A capacidade do tecido empresarial à hora de incorporar os seus desafios e problemáticas à agenda política é hoje muito pequena. O grau de coletivismo profissional e empresarial é desigual, em alguns casos muito débil, chegando a ser incentivado desde a própria administração, como nos tempos do governo bipartito PSOE-BNG. É verdade que se constituíram dois clusters, o Cluster Audiovisual Galego, que até onde sabemos desfruta de boa saúde, e o cluster do Produto Gráfico e do Livro Galego, hoje reconvertido no cluster da Comunicação Gráfica. Mas no seu conjunto parece que as empresas cul-

Con anterioridad a la crisis, fueron muchas las empresas culturales que subsistieron gracias a su cercanía al poder político, al amparo de contratos o subvenciones. Sin esa respiración asistida habrían desaparecido. De hecho, algunos promotores culturales fueron en la práctica una especie de funcionarios encubiertos que percibían año tras año las ayudas, con independencia de la calidad artística o del tirón comercial de sus propuestas, y a cambio de una cierta *pax* sectorial. En este sentido, los autores del artículo “La política cultural en la comunidad autónoma gallega: de la dependencia a la autonomía” (2012), refiriéndose a los gobiernos de Fraga Iribarne, señalan que las relaciones entre la administración autonómica y el resto de agentes culturales tenían un carácter “casi personal”. También en esta época se dieron casos singulares, como el de la compañía de teatro Chévere, con un enfoque más independiente y una constante preocupación por la generación y fidelización de públicos. Con todo, no deja de ser otra de las excepciones que confirman la regla. En la actualidad, y por efecto de la crisis, la situación mudó para todos y la nueva realidad obliga a un mayor acercamiento a los públicos, a una mayor diversificación de los ingresos y a un mayor conocimiento en gestión. Solo de forma muy reciente comenzó a surgir oferta formativa para atender esas carencias.

La capacidad del tejido empresarial a la hora de incorporar sus desafíos y problemáticas a la agenda política es hoy muy pequeña. El grado de asociacionismo profesional y empresarial es desigual, en algunos casos muy débil, llegando a ser incentivado desde la propia administración, como en los tiempos del gobierno bipartito PSOE-BNG. Es cierto que se constituyeron dos clusters, el Clúster Audiovisual Galego, que hasta donde sabemos disfruta de buena salud, y el Clúster do Produto Gráfico e do Libro Galego, hoy reconvertido en el Clúster da Comunicación Gráfica. Pero en su conjunto semeja que las empresas

turais optaram por concentrar os esforços na súa propia sobrevivência através de ações particulares e não coletivas. Faltou, em nosso juízo, um diagnóstico partilhado, uma bateria de propostas não corporativistas e uma maior unidade de ação.

Outra característica relevante é o da nula cooperação intersectorial. Se exceptuarmos a Associação Culturgal, que junta diversas organizações setoriais com o objeto de organizar a feira anual das indústrias culturais, não conhecemos exemplos de iniciativas em comum entre as associações empresariais da música, da edição, do audiovisual, das artes plásticas ou do teatro. De facto, é intrigante comprovar que não cooperam usando a sua legítima capacidade de pressão para defender objetivos comuns e para dar visibilidade social às demandas do setor cultural. Será, como dizia Manuel Gago, porque são mundos que vivem de costas, com escassos canais de comunicação.

Tecido associativo e comunitário

Outro dos agentes que convém destacar é o das coletividades civis e as redes culturais comunitárias. Não sabemos se no âmbito do mercado, mas com certeza no ecossistema cultural galego são parte essencial do húmus e do caldo de cultivo da nossa criatividade. Quando falamos de “redes culturais comunitárias” nos referimos a uma miríade de iniciativas de base local, sejam formais ou informais, que canalizam as inquietudes estéticas da população. Em concreto estamos a falar das bandas de música, ranchos folclóricos, corais polifónicos, comissões de festas ou os coletivos informais de criadores. É curioso como tendo a Galiza uma sociedade civil e um terceiro setor tão magro e frágil, apresenta contudo umas redes comunitárias tão exuberantes. Estas redes são invisíveis ou permanecem semiocultas a olhos do *establishment* artístico, mas movem ingentes recursos, com frequência desde o voluntariado e as ajudas mútuas, e no caso particu-

culturales optaron por concentrar los esfuerzos en su propia supervivencia a través de acciones particulares y no colegiadas. Faltó, a nuestro juicio, un diagnóstico compartido, una batería de propuestas no corporativistas y una mayor unidad de acción.

Otro aspecto relevante es el de la nula cooperación intersectorial. Si exceptuamos la Asociación Culturgal, que agrupa diversas organizaciones sectoriales con el objeto de organizar la feria anual de las industrias culturales, no conocemos ejemplos de iniciativas en común entre las asociaciones empresariales de la música, de la edición, del audiovisual, de las artes plásticas o del teatro. De hecho, resulta chocante por qué no colaboran, usando su legítima capacidad de presión, para defender objetivos comunes y para darle visibilidad social a las demandas del sector cultural. Será, como decía Manuel Gago, porque son mundos que viven de espaldas, sin apenas vasos comunicantes.

Tejido asociativo y comunitario

Otro de los agentes que conviene destacar es el asociacionismo de base y las redes culturales comunitarias. No sabemos si en el ámbito del mercado, pero desde luego en el ecosistema cultural gallego son parte esencial del húmus y del caldo de cultivo de nuestra creatividad. Cuando hablamos de “redes culturales comunitarias” nos referimos a una miríada de iniciativas de base local, sean formales o informales, que canalizan las inquietudes estéticas de la población. En concreto estamos hablando de las bandas de música, agrupaciones folclóricas, corales polifónicas, comisiones de fiestas o los colectivos informales de creadores. Es curioso como teniendo Galicia una sociedad civil y un tercer sector tan flaco y frágil, presenta, con todo, unas redes comunitarias tan exuberantes. Estas redes son invisibles o permanecen semiocultas a ojos del *establishment* artístico, pero mueven ingentes recursos, con frecuencia desde el voluntariado y las entreayudas,

lar das comissões de festas, descontando as suas práticas fiscais, sustentam a única “indústria cultural” galega pouco dependente dos fundos públicos.

O galeguismo cultural

O seguinte agente a destacar também apresenta um perfil difuso. É o que a convenção denomina “galeguismo cultural”, uma amalgama onde cabem intelectuais de referência, coletivos e fundações, empresas culturais, pequenos meios de comunicação e, sobretudo, certas instituições e organismos públicos. Essa constelação é de alguma maneira detentora da herança de homens e mulheres comprometidas com a nossa língua e cultura, e portanto custodia um capital simbólico que é o seu principal ativo. Dada a sua composição plural, não exerce um poder monolítico mas exerce influência à medida da sua capacidade no sentido de gerar opinião e representar os valores de uma identidade comum. O *galeguismo cultural* teve um peso notável aquando dos primeiros governos autonómicos, em especial nos tempos de Fraga Iribarne, quem traduziu esse reconhecimento em ajudas públicas e concedendo-lhe o papel de interlocutor válido para pactuar iniciativas e normas, como os conteúdos da Lei de Normalização Linguística da Galiza, hoje revogada na prática.

Nos últimos anos, o seu peso foi declinando. Pela menor consideração que a nova direita política lhe outorga, sim, mas também pelas suas dificuldades intrínsecas para conseguir um maior apoio e adesão social. Historicamente, o *galeguismo cultural* administrou as suas quotas de influência mediante um cuidadoso sistema de agregação e reprodução de elites, muito ao gosto universitário (de onde procedem boa parte dos seus quadros), onde prima a endogamia sobre o mérito, e com escassa abertura às dinâmicas sociais. Com frequência pareceu mais guiado por lógicas internas, de famílias, do que pela ambição de expandir e atualizar a

y en el caso particular de las comisiones de fiestas, descontando sus prácticas fiscales, sustentan la única “industria cultural” gallega apenas dependiente de los fondos públicos.

El galleguismo cultural

El siguiente agente a destacar también presenta un perfil difuso. Es lo que la convención dio en denominar “galleguismo cultural”, una amalgama donde caben intelectuales de referencia, asociaciones y fundaciones, empresas emblemáticas, pequeños medios de comunicación y, sobre todo, ciertas instituciones y organismos públicos. Esa constelación es de alguna manera depositaria del legado de hombres y mujeres comprometidas con nuestra lengua y cultura, y por lo tanto atesora un capital simbólico que supone su principal activo. Dada su composición plural, no ejerce un poder monolítico sino que más bien influye, en la medida de su capacidad para generar opinión y para representar los valores de una identidad común. El *galleguismo cultural* tuvo un peso notable cuando los primeros gobiernos autonómicos, en especial en los tiempos de Fraga Iribarne, quien tradujo ese reconocimiento en ayudas públicas y concediéndole el rol de interlocutor válido para pactar iniciativas y normas, como los contenidos de la Lei de Normalización Lingüística de Galicia, hoy derogada en la práctica.

En los últimos años, su peso fue declinando. Por la menor consideración que la nueva derecha política le otorga, sí, pero también por sus dificultades intrínsecas para lograr un mayor respaldo y adhesión social. Históricamente, el *galleguismo cultural* administró sus cuotas de influencia mediante un cuidadoso sistema de cooptación y reproducción de élites, muy al gusto universitario (de donde proceden buena parte de sus cuadros), donde prima la endogamia sobre el mérito, y con escaso aperturismo a las dinámicas sociales. Con frecuencia pareció más guiado por lógicas internas, de familias, que por la ambición de expandir y actualizar nuestra

nossa cultura para as futuras gerações, para segmentos de população não afins ou para o exterior. Um dos sintomas dessa forma de proceder é a minúscula renovação de caras e de estratégias.

Os lobbies

Dentro das empresas que operam no campo cultural há pelo menos duas que fogem ao cenário desenhado para o conjunto do tecido empresarial. Referimo-nos aos dois grandes grupos privados de comunicação autóctones, e mais concretamente às suas produtoras filiais. A concentração de audiências em redor destes meios, ou doutro modo, a falta de pluralismo informativo no país, outorgam-lhe uma capacidade de pressão política e negociação que lhes facilita obter lucrativos contratos da Televisão da Galiza, de diferentes departamentos da administração autonómica e de numerosas câmaras municipais. Também outros meios estatais ou com forte implantação local desfrutam dessas vantagens.

Além do contingente empresarial que orbita em redor da imprensa, existe outro pequeno grupo de grandes companhias que tradicionalmente vinham oferecendo serviços de administração e manutenção de espaços culturais, como teatros e museus, e que de um tempo a esta parte alargaram o seu catálogo de serviços incluindo o desenho e a gestão das programações. Essa prestação de 360 graus ou “chave em mão” teve como consequência em alguns casos que a tomada de decisões sobre questões muito relevantes da oferta cultural autárquica fosse delegada em mãos privadas.

A (NÃO) PROJEÇÃO EXTERIOR

Os agentes culturais citados, tomados no seu conjunto e com assinaladas exceções no âmbito empresarial (Kalandraka, Nordesía e Vaca Films, por citar algum exemplo), produ-

cultura hacia las futuras generaciones, hacia segmentos de población no afines o hacia el exterior. Uno de los síntomas de esa forma de proceder es la minúscula renovación de caras y de estrategias.

Los lobbies

Dentro de las empresas que operan en el campo cultural hay cuanto menos dos que escapan al escenario dibujado para el conjunto del tejido empresarial. Nos referimos a los dos grandes grupos privados de comunicación autóctonos, y más en concreto a sus productoras filiales. La concentración de audiencias alrededor de estos medios, o dicho de otro modo, la falta de pluralismo informativo en el país, le otorgan una capacidad de presión política y negociación que les facilita obtener pingües contratos de la Televisión de Galicia, de diferentes departamentos de la administración autonómica y de numerosos ayuntamientos. También otros medios estatales o con fuerte implantación local disfrutan de esas ventajas.

Además del contingente empresarial que orbita alrededor de la prensa, existe otro pequeño grupo de grandes compañías que tradicionalmente venían ofreciendo servicios de administración y mantenimiento de espacios culturales, como teatros y museos, y que de un tiempo a esta parte ampliaron su catálogo de servicios incluyendo el diseño y la gestión de las programaciones. Esa prestación de 360 grados o “llave en mano” supuso en algunos casos que la toma de decisiones sobre aspectos muy relevantes de la oferta cultural municipal fuera delegada en manos privadas.

LA (NO) PROYECCIÓN EXTERIOR

Los agentes culturales citados, tomados en su conjunto y con señaladas excepciones en el ámbito empresarial (Kalandraka, Nordesía y Vaca Films, por citar algún ejemplo), pro-

zem, no melhor dos casos, para o mercado local e pouco participam em projetos europeus nem se integram em redes internacionais. Sabemos que a saída ao exterior é um processo complexo, para o qual fazem falta recursos, perseverança e muita tentativa-erro. Também somos conscientes de que a escala mundial há grandes operadores que controlam muitos das plataformas e circuitos, impondo severas condições aos neófitos que carecem de certa dimensão. É por isso mesmo que o apoio e acompanhamento da administração é um fator particularmente sensível. Sem ela, o nosso enxame de microempresas tem remotas opções de sucesso.

Num dos excelentes cadernos sobre estatísticas culturais que edita periodicamente o Consello da Cultura Galega mostra-se a **tabela 1**.

Entre 2011 e 2015, o valor económico das nossas exportações em bens e serviços culturais manteve-se, com ligeiras oscilações, em redor aos cinco milhões de euros. Dizíamos noutro artigo (2017) que, para um setor como a cultura, esses exíguos cinco milhões são a prova de uma derrota. Se as exportações da economia galega ascendem a 18.000 milhões de euros, e se o setor cultural representa o 2 por cento do PIB e o 2'8 por cento do emprego, então à cultura corresponderia exportar dez mil vezes aquilo que realmente exporta. Sabemos que essa comparação é exagerada pelo facto de que o setor cultural espanhol apresenta um grau muito baixo de internacionalização. Ainda assim, eliminando essa tendência, convém saber que só representamos um 0,7 por cento do conjunto das exportações culturais do Estado (para um 5-6 por cento de população e PIB). A proporção é suficientemente eloquente e informa de duas coisas: que a Xunta de Galicia não manteve de forma sustentada uma política de internacionalização que nos projetasse no mundo, e que, perante esse desinteresse, não estranha que as nossas empresas se refugassem no âmbito local. Na atual situação, aqueles artistas e empresas que conseguem

ducen, en el mejor de los casos, para el mercado local y apenas participan en proyectos europeos ni se insieren en redes internacionales. Sabemos que la salida al exterior es un proceso complejo, para lo cual hacen falta recursos, perseverancia y mucha prueba-error. También somos conscientes de que a escala mundial hay grandes operadores que controlan muchos de los trampolines y circuitos, imponiendo severas condiciones a los neófitos que carecen de cierta dimensión. Por eso el apoyo y soporte de la administración es un factor particularmente sensible. Sin ella, nuestro enjambre de microempresas tiene remotas opciones de éxito.

En un de los estupendos cuadernos sobre estadísticas culturales que edita periódicamente el Consello da Cultura Galega, se mostraba la **tabla 1**.

Entre 2011 y 2015, el valor económico de nuestras exportaciones en bienes y servicios culturales se mantuvo, con ligeras oscilaciones, alrededor de los cinco millones de euros. Decíamos en otro artículo (2017) que, para un sector como la cultura, esos pírricos cinco millones son la constatación de una derrota. Si las exportaciones de la economía gallega ascienden a 18.000 millones de euros, y si el sector cultural representa el 2 por ciento del PIB y el 2'8 por ciento del empleo, entonces la cultura debiera exportar diez mil veces más de lo que lo hace. Sabemos que esa comparación es exagerada por el hecho de que el sector cultural español presenta un grado muy bajo de internacionalización. Aun así, eliminando ese sesgo, conviene saber que sólo representamos un 0,7 por ciento del conjunto de las exportaciones culturales del Estado (para un 5-6 por ciento de población y PIB). La proporción es suficientemente elocuente e informa de dos cosas: que la Xunta de Galicia no mantuvo de forma sostenida una política de internacionalización que nos proyectara en el mundo, y que, ante esa desidia, no es de extrañar que nuestras empresas se refugiaran en el ámbito local. En

TABELA 1:

Evolução das exportações das empresas culturais na Galiza, segundo a clasificación CNAE (Classificação Nacional de Atividades Económicas) em 2009 (milhares de €). 2011-2015

	2011	2012	2013	2014	2015
18. Artes gráficas e reprodución de suportes gravados Artes gráficas y reproducción de soportes grabados	1.193,9	781,1	773,7	570,9	375,0
58. Edición Edición	3.533,9	3.786,7	3.451,2	3.724,1	1.943,0
59. Actividades cinematográficas, de vídeo e de programas de televisión, gravação de som e edición musical Actividades cinematográficas, de vídeo y de programas de televisión, grabación de sonido y edición musical	150,0	85,9	259,2	270,4	525,2
90. Actividades de creación, artísticas e espetáculos Actividades de creación, artísticas y espectáculos	168,3	276,1	41,0	18,1	1.950,9
91. Actividades de bibliotecas, arquivos, museus e outras actividades culturais Actividades de bibliotecas, archivos, museos y otras actividades culturales	325,5	0,0	0,0	25,0	25,0
TOTAL	5.371,6	4.929,8	4.525,1	4.608,5	4.819,1

Fonte: Elaboración IGE (Instituto Galego de Estatística) a partir dos ficheiros facilitados polo Departamento de Aduanas da Agencia Estatal de Administración Tributaria.

TABLA 1:

Evolución de las exportaciones de las empresas culturales en Galicia, según división CNAE 2009 (miles de €). 2011-2015

	2011	2012	2013	2014	2015
18. Artes gráficas e reprodución de suportes gravados Artes gráficas y reproducción de soportes grabados	1.193,9	781,1	773,7	570,9	375,0
58. Edición Edición	3.533,9	3.786,7	3.451,2	3.724,1	1.943,0
59. Actividades cinematográficas, de vídeo e de programas de televisión, gravação de som e edición musical Actividades cinematográficas, de vídeo y de programas de televisión, grabación de sonido y edición musical	150,0	85,9	259,2	270,4	525,2
90. Actividades de creación, artísticas e espetáculos Actividades de creación, artísticas y espectáculos	168,3	276,1	41,0	18,1	1.950,9
91. Actividades de bibliotecas, arquivos, museus e outras actividades culturais Actividades de bibliotecas, archivos, museos y otras actividades culturales	325,5	0,0	0,0	25,0	25,0
TOTAL	5.371,6	4.929,8	4.525,1	4.608,5	4.819,1

Fuente: Elaboración IGE (Instituto Galego de Estatística) a partir de los ficheros facilitados por el Departamento de Aduanas de la Agencia Estatal de Administración Tributaria.

ultrapassar as nossas fronteiras, deveriam ser celebrados como heróis.

O dramático de tudo isto é a invisibilidade das nossas criações e expressões culturais na cena global. Se mal existimos para terceiros, se não mostramos um perfil reconhecível, não só desapareceremos como identidade mas também a nossa economia perderá o seu maior fator de singularidade e diferenciação. Se a cultura não faz os seus próprios contributos à “marca Galiza”, desaproveitamos oportunidades para o desenvolvimento, ou como se costuma dizer em gíria popular, damos um tiro no pé. É por isso que no mencionado artigo defendemos jogar com inteligência nossos trunfos, apoiando-nos em embaixadores (artistas galegos reconhecidos mundialmente) e ativando as nossas redes potenciais, como as comunidades galegas no exterior, o universo lusófono, a conexão atlântica ou celta e as novas vagas de emigrantes qualificados.

HÁ POLÍTICA CULTURAL NA GALIZA?

Pois depende. Se consideramos “política cultural” a uma panóplia de decisões tácitas e inconexas, então sim, temos uma política cultural. Se, pelo contrário, elevamos a exigência metodológica e pedimos que as políticas culturais se homologuem às sanitárias, industriais ou educativas, então não, nem por sombras temos uma política cultural. Nós situamo-nos nesta segunda interpretação, a de maior rigor e exigência. Para nós, uma política cultural digna de tal nome “deve partir de um diagnóstico realista, fixar uns objetivos explícitos e exequíveis, dispor de uma dotação orçamental estável, de medidas bem articuladas e coerentes entre si, com indicadores de avaliação claros, e que, em definitiva, responda a um desenho racional e não à soma de acontecimentos ou interesses dos responsáveis de turno” (2015).

la actual situación, aquellos artistas y empresas que consiguen traspasar nuestras fronteras, debieran ser celebrados como héroes.

Lo dramático de todo esto es la invisibilidad de nuestras creaciones y expresiones culturales en la escena global. Si apenas existimos para terceros, si no mostramos un perfil reconocible, no sólo nos diluiremos como identidad sino que nuestra economía perderá su mayor factor de singularidad y diferenciación. Si la cultura no hace sus propias aportaciones a la “marca Galicia”, desaprovechamos oportunidades para el desarrollo, o como se suele decir en jerga popular, nos pegamos un tiro en un pie. Por eso en el mencionado artículo abogábamos por jugar con inteligencia nuestras bazas, apoyándonos en embajadores (artistas gallegos reconocidos mundialmente) y activando nuestras redes potenciais, como las comunidades gallegas en el exterior, el universo lusófono, la conexión atlántica o celta y las nuevas oleadas de emigrantes cualificados.

HAY POLÍTICA CULTURAL EN GALICIA?

Pues depende. Si le concedemos la etiqueta de “política cultural” a una panoplia de decisiones tácitas e inconexas, entonces sí, tenemos una política cultural. Si, por el contrario, elevamos la exigencia metodológica y pedimos que las políticas culturales se homologuen a las sanitarias, industriales o educativas, entonces no, ni por asomo tenemos una política cultural. Nosotros nos situamos en esta segunda interpretación, la del mayor rigor y exigencia. Para nosotros, una política cultural digna de tal nombre “debe partir de un diagnóstico realista, fijarse unos objetivos explícitos y factibles, disponer de una dotación presupuestaria estable, desde medidas bien articuladas y coherentes entre sí, con indicadores de evaluación claros, y que, en definitiva, responda a un diseño racional y no a la suma de ocurrencias o intereses de los responsables de turno” (2015).

Dizem Lluís Bonet e Emmanuel Négrier (2011), falando do tema que nos ocupa, que tanto na França como na Espanha a cada vez há mais racionalidade, profissionalismo e eficiência na avaliação de ajudas e na provisão de postos diretivos (mérito, capacidade), apesar de no caso espanhol ainda existir muita opacidade, eleição a dedo e fidelidade política.

É possível que o caso galego siga a tendência geral de Espanha, embora a certa distância histórica e desde uma dinâmica própria (os avanços são mais lentos e espaçados, e os retrocessos mais acentuados). Se nos fixarmos no âmbito do diagnóstico e da produção de informação setorial (peça-chave para desenhar políticas), exceção feita do feliz Observatório da Cultura Galega, que produz de forma regular pequenos relatórios temáticos, vemos como nos últimos cinco anos as administrações públicas do país não promoveram nenhuma investigação sobre as principais magnitudes económicas da cultura na Galiza. Que saibamos, desde que existe a Xunta de Galicia, só na época do bipartito se chegou a encarregar um estudo específico sobre os públicos, concretamente das artes cénicas. E também até onde nós sabemos nunca se fez nenhuma investigação sobre o retorno social e económico do investimento em cultura. Também surpreende que as Ordens profissionais e empresariais da cultura não o demandassem (ou pelo menos não nos consta).

No campo do planeamento, resulta berrante a ausência na Galiza de planos estratégicos de cultura ou de cidades acolhidas à Agenda 21 da Cultura. Em Espanha, numa rápida procura em Google, encontramos planos estratégicos em Huelva, Burgos, Cádiz, Vitoria, Álava, Pamplona, Barcelona, Madrid, Castilla-La Mancha, Andaluzia, Comunidade Valenciana, e está em marcha o de Aragón. Em Catalunha dispõem de planos de ação cultural em Arenys de Mar, Hospitalet, Manresa, Igualada, Sabadell, Santa Coloma de Gramenç

Dicen Lluís Bonet y Emmanuel Négrier (2011), hablando del tema que nos ocupa, que tanto en Francia como en España cada vez hay más racionalidad, profesionalidad y eficiencia en la evaluación de ayudas y en la provisión de puestos directivos (mérito, capacidad), si bien en el caso español aún existe mucha opacidad, elección a dedo y fidelidad política.

Es posible que el caso gallego siga la tendencia general de España, sólo que a cierta distancia histórica y desde una dinámica propia (los avances son más lentos y esporádicos, y los retrocesos más agudos). Si nos fijamos en el ámbito del diagnóstico y de la producción de información sectorial (pieza clave para diseñar políticas), salvo la feliz excepción del Observatorio da Cultura Galega, que emite de forma regular pequeños informes temáticos, vemos como en los últimos cinco años las administraciones públicas del país no impulsaron ninguna investigación sobre las principales magnitudes económicas de la cultura en Galicia. Que sepamos, desde que existe la Xunta de Galicia, solo en la época del bipartito se llegó a encargar un estudio específico sobre los públicos, concretamente de las artes escénicas. Y también hasta donde nosotros sabemos nunca se hizo ninguna investigación sobre el retorno social y económico de la inversión en cultura. También sorprende que las asociaciones profesionales y empresariales de la cultura no lo demandaran (o por lo menos no nos consta).

En el campo de la planificación, resulta ostentosa la ausencia en Galicia de planes estratégicos de cultura o de ciudades acogidas a la Agenda 21 de la Cultura. En España, en una rápida busca en Google, encontramos planes estratégicos en Huelva, Burgos, Cádiz, Vitoria, Álava, Pamplona, Barcelona, Madrid, Castilla-La Mancha, Andalucía, Comunidad Valenciana, y está en marcha el de Aragón. En Cataluña disponen de planes de acción cultural en Arenys de Mar, Hospitalet, Manresa, Igualada, Sabadell, Santa Coloma de Gramenç

net, Sant Cugat do Vallés, Vic, Vilafranca del Penedés e um longo etcetera.

Também a nossa participação em projetos europeus é mínima, muito inferior à média do Estado. Os projetos europeus têm a virtude direta da contribuição de recursos e a indireta de que obrigam a dotar de certas ferramentas de planeamento e a promover o seu uso. Corolário: nem temos planeamento cultural nem cultura de planeamento. Por isso faz falta valorizar, como uma iniciativa meritória e excecional, a recente aprovação do projeto “Wom@rts”, liderado pelo Auditório da Galiza (Câmara Municipal de Santiago) e cofinanciado pelo programa Europa Criativa. Oxalá seja o signo de um novo tempo.

Se pensarmos nos nossos municípios, caberia perguntar quantas câmaras municipais, seguindo as recomendações da Agenda 21 da Cultura, incorporam objetivos culturais na definição dos seus modelos de cidade ou vila. E vice-versa, quantos incluem no seu planeamento cultural objetivos de desenvolvimento territorial ou de coesão social. Ou quantos promovem iniciativas transversais com outras áreas (educação, saúde, turismo, promoção económica...). Com frequência, tampouco os governos de esquerda elaboram políticas culturais propriamente ditas, limitando-se a dotar com mais recursos o departamento correspondente para nutrir a programação.

Apesar de correr o risco de resultar reiterativos com anteriores textos nossos quisemos agora destacar uma ideia: a programação, pôr artistas em frente a um público, mesmo se feito com bom critério e segmentando audiências, não é o objetivo central das políticas culturais. As políticas culturais devem primeiramente estimular a criatividade da cidadania, facilitando a livre expressão da sua consciência crítica, além de colaborar na melhoria da qualidade de vida da população e no desenvolvimento económico do local. Fazer ênfase na programação só evidencia que ainda estamos nos parâmetros paterna-

de Gramenet, Sant Cugat del Vallés, Vic, Vilafranca del Penedés y un largo etcétera.

También nuestra participación en proyectos europeos es raquítica, muy inferior al promedio del Estado. Los proyectos europeos tienen la virtud directa de la aportación de recursos y la indirecta de que obligan a dotarse de ciertas herramientas de planificación y a habituarse a su uso. Corolario: ni tenemos planificación cultural ni cultura de la planificación. Por eso hace falta valorar, como una iniciativa meritoria y excepcional, la reciente aprobación del proyecto “Wom@rts”, liderado por el Auditorio de Galicia (Concello de Santiago) y cofinanciado por el programa Europa Creativa. Ojalá sea el signo de un nuevo tiempo.

Si pensamos en nuestros municipios, cabría preguntarse cuantos ayuntamientos, siguiendo las recomendaciones de la Agenda 21 de la Cultura, incorporan objetivos culturales en la definición de sus modelos de ciudad o villa. Y viceversa, cuantos incluyen en su planificación cultural objetivos de desarrollo territorial o de cohesión social. O cuantos promueven iniciativas transversales con otras áreas (educación, salud, turismo, promoción económica...). Con frecuencia, tampoco los gobiernos de izquierda elaboran políticas culturales propriamente dichas, limitándose a dotar con más recursos al departamento correspondiente para nutrir la programación.

A riesgo de resultar reiterativos con anteriores textos nuestros quisiéramos ahora destacar una idea: la programación, poner artistas delante de un público, así sea con buen criterio y segmentando audiencias, no es el objetivo central de las políticas culturales. Las políticas culturales deben primeramente estimular la creatividad de la ciudadanía, facilitando la libre expresión de su conciencia crítica, además de colaborar en la mejora de la calidad de vida de la población y en el desarrollo económico del lugar. Hacer énfasis en la programación solo evidencia que aún estamos en los parámetros paternalistas de

listas da chamada “democratização da cultura”, isto é, de acercar a alta cultura (a que produzem os artistas) ao povo. Um conceito de faz mais de meio século.

Segundo Eduard Miralles, as políticas culturais baseiam-se na atualidade em quatro princípios: a promoção da identidade, a proteção da diversidade, o incentivo à criatividade e a consolidação da participação cidadã. Entre nós, do primeiro ponto cada dia menos, e dos três restantes, quase melhor esquecer.

No entanto, esta deriva nossa pela ausência de políticas culturais na Galiza não se baseia só em argumentos formalistas, da falta de método. Também em questões substantivas, do lado dos conteúdos. Vejamos algumas características sensíveis de que sentimos falta. Para começar, é desconcertante que na Galiza, um país com uma elevada dispersão de população e altas taxas de envelhecimento, não existam linhas específicas de ação cultural no rural. Isto é, existem oásis de boas práticas locais, mas não um corpus autonómico de intervenção nesse contexto, nem uma metodologia declarada que atenda às necessidades desse amplo coletivo.

Em segundo lugar, temos no país um rico e denso património cultural que contrasta com as escassas medidas adotadas para o seu cuidado e preservação, mas sobretudo com a carência de iniciativas para a sua valorização. Diz o *Guía para la evaluación de las políticas culturales locales* (2009) que a proteção do património não é suficiente mas que este deve ser “interiorizado, assumido, sentido e vivido pela cidadania”. Pois bem, existe uma carência gritante em termos de divulgação do que temos e o que somos (divulgação interna, para nós, e externa, para os visitantes forâneos). Por sorte, inumeráveis iniciativas cidadãs e de coletividades tentam colmatar essa carência.

Em terceiro lugar destacaremos a questão da gratuidade na programação pública. O

la llamada “democratización de la cultura”, es decir, de acercar la alta cultura (la que producen los artistas) al pueblo. Un concepto de hace más de medio siglo.

Según Eduard Miralles, las políticas culturales se basan en la actualidad en cuatro principios: la promoción de la identidad, la protección de la diversidad, el fomento de la creatividad y la consolidación de la participación ciudadana. Entre nosotros, del primero punto cada vez menos, y de los tres restantes, casi mejor olvidarse.

Sin embargo, esta decantación nuestra por la ausencia de políticas culturales en Galicia no se basa sólo en argumentos formalistas, de la falta de método. También en cuestiones substantivas, del lado de los contenidos. Veamos algunos aspectos sensibles que echamos en falta. Para comenzar, resulta asombroso que en Galicia, un país con una elevada dispersión de población y altas tasas de envejecimiento, no existan líneas específicas de acción cultural en el rural. Es decir, existen oasis de buenas prácticas locales, pero no un corpus autonómico de intervención en ese contexto, no una metodología testada que atienda a las necesidades de ese amplio colectivo.

En segundo lugar, tenemos en el país un rico y denso patrimonio cultural que contrasta con las escasas medidas adoptadas para su cuidado y preservación, pero sobre todo con la carencia de iniciativas para su puesta en valor. Dice la *Guía para la evaluación de las políticas culturales locales* (2009) que la protección del patrimonio no es suficiente sino que éste debe ser “interiorizado, asumido, sentido y vivido por la ciudadanía”. Pues bien, hay un agujero clamoroso en términos de divulgación de lo que tenemos y lo que somos (divulgación interna, hacia nosotros, y externa, hacia los visitantes foráneos). Por fortuna, innumerables iniciativas ciudadanas y asociativas intentan paliar esa carencia.

En tercer lugar destacaremos la cuestión de la gratuidad en la programación pública. El





vício tão expandido de ofertar grátis atividades culturais tem consequências nocivas para os artistas e para as empresas culturais: Ensina os públicos a desvalorizar o trabalho artístico e supõe uma concorrência desleal para os promotores privados da cultura. Demais a mais é também o modelo que melhor garante a exposição do responsável político, como “conseguidor” que reparte pão e circo entre a população. É o atalho que empregam alguns gestores culturais públicos, a falta de ideias melhores, para conseguir encher a plateia e apresentar uns números favoráveis.

Também poderíamos acrescentar mais pontos, como a falta de programas integrais para a promoção das carreiras artísticas dos novos talentos, ou o nulo seguimento e aproveitamento dos nossos criadores emigrados, ou a inexistência até há bem pouco dum programa de formação superior em gestão cultural na Galiza. Todos estes pontos evidenciam, em nosso juízo, a falta de visão estratégica e de ancoragem na realidade do país das supostas políticas culturais promovidas desde o nascimento da autonomia.

ALGUMAS BOAS PRÁTICAS

E agora cabe perguntar: foi sempre assim? tudo o que fizemos em política cultural foi tão apático e medíocre? Obviamente não. Podemos citar um bom número de boas práticas que conformam nossa melhor tradição, uma sorte de “jurisprudência” que nos pode servir de inspiração para iluminar futuros caminhos. É verdade que são “iniciativas avulsas ou descontínuas, com frequência fruto do voluntarismo e da visão de indivíduos ou pequenas equipas, e não chegaram a forjar um corpo de ação a escala autonómica que assentasse uma política cultural pensada desde, por e para a Galiza” (2015). Com tudo, devem ser destacadas. Seleccionaremos só cinco, a risco de resultar injustos, para não nos estendermos desnecessariamente.

vicio tan expandido de ofertar gratis actividades culturales tiene consecuencias nocivas para los artistas y para las empresas culturales: maleduca a los públicos al desvalorizar el trabajo artístico y supone una competencia desleal para los promotores privados de la cultura. Por supuesto es también el modelo que mejor garantiza el lucimiento del responsable político, como “conseguidor” que reparte pan y circo entre la población. Es el atajo que emplean algunos gestores culturales públicos, a falta de ideas mejores, para lograr llenar el patio de butacas y presentar unos números favorables.

Por supuesto, podríamos añadir más puntos, como la falta de programas integrales para la promoción de las carreras artísticas de los nuevos talentos, o el nulo seguimiento y aprovechamiento de nuestros creadores emigrados, o la inexistencia hasta hace bien poco de un programa de formación superior en gestión cultural en Galicia. Todos estos puntos transparentan, a nuestro juicio, la falta de visión estratégica y de anclaje en la realidad del país de las supuestas políticas culturales impulsadas desde el nacimiento de la autonomía.

ALGUNAS BUENAS PRÁCTICAS

Y ahora cabe preguntarse: ¿fue siempre así?, ¿todo lo que hicimos en política cultural fue tan desganado y mediocre? Por supuesto que no. Podemos citar un buen número de buenas prácticas que conforman nuestra mejor tradición, una suerte de “jurisprudencia” que nos puede servir de inspiración para alumbrar futuros caminos. Es cierto que son “iniciativas sueltas o discontinuas, con frecuencia fruto del voluntarismo y de la visión de individuos o pequeños equipos, y no llegaron a forjar en un corpus de acción a escala autonómica que asentara una política cultural pensada desde, por y para Galicia” (2015). Con todo, deben ser destacadas. Seleccionaremos sólo cinco, a riesgo de resultar injustos, para no extendernos innecesariamente.

Por ordem cronológica, mencionaremos primeiramente a etapa de Luis Álvarez Posa como diretor geral de Cultura da Xunta de Galicia. Durante a mesma, de curta duração (1983-85) e durante o governo do PP, criou-se o Centro Dramático Galego e o Arquivo da Imaxe. Mas não só isso, também foi provavelmente a primeira tentativa de estruturar uma política cultural no país, tomando como referente o labor de Jack Lang no Ministério de Cultura francês. Nesse período celebrou-se o primeiro congresso galego de animação sociocultural, dinamizaram-se algumas programações culturais que murchavam, como o Festival de Ortigueira ou a Mostra Internacional de Teatro de Ribadavia, e se puseram as fundações da Escola de Imaxe e Son da Corunha.

A segunda das experiências que queremos destacar é o Proxecto Interea (2001-09), fruto da colaboração entre a Deputación da Corunha (governada dois anos pelo PP e seis pelo PSOE) e as Universidades da Corunha e de Santiago de Compostela. O Proxecto Interea teve um papel pioneiro e crucial na formação dos técnicos autárquicos de cultura da província da Corunha. Abriu linhas de investigação aplicada para a melhoria das políticas, gerou espaços de encontro e foros de reflexão entre profissionais, artistas e responsáveis políticos, promoveu uma linha de publicações de guias e manuais, e serviu de mostra para novas vagas de criadores com a revista *Interea Visual*. Durante os seus oito anos de vida foi uma iniciativa reconhecida a escala estatal e internacional.

Quiçá a melhor prática cultural do âmbito autárquico galego, ou pelo menos a que obteve uns melhores e mais perduráveis resultados foi a das bibliotecas públicas da Corunha. Promovidas na altura em que José Luis Méndez Romeu (PSOE) era vereador de Cultura da cidade, conseguiu consolidar e incrementar os hábitos de leitura numa dimensão incomparável a nenhum outro território galego. Em 2010 prestava meio milhão de

Por ordem cronológico, mencionaremos primeiramente la etapa de Luis Álvarez Posa como director general de Cultura de la Xunta de Galicia. Durante la misma, de corta duración (1983-85) y bajo el gobierno del PP, se creó el Centro Dramático Galego y el Arquivo da Imaxe. Pero no sólo eso, también fue probablemente el primer intento de estructurar una política cultural en el país, tomando como referente la labor de Jack Lang en el Ministerio de Cultura francés. En ese período se celebró el primer congreso gallego de animación sociocultural, se dinamizaron algunas programaciones culturales que habían ido a menos, como el Festival de Ortigueira o la Mostra Internacional de Teatro de Ribadavia, y se pusieron los pilares de la Escola de Imaxe e Son de A Coruña.

La segunda de las experiencias que queremos destacar es el Proxecto Interea (2001-09), fruto de la colaboración entre la Deputación de A Coruña (governada dos años por el PP y seis por el PSOE) y las Universidades de A Coruña y de Santiago de Compostela. El Proxecto Interea tuvo un papel pionero y crucial en la formación de los técnicos municipales de cultura de la provincia de A Coruña. Abrió líneas de investigación aplicada para la mejora de las políticas, generó espacios de encuentro y foros de reflexión entre profesionales, artistas y responsables políticos, impulsó una línea de publicaciones de guías y manuales, y sirvió de escaparate para nuevas hornadas de creadores con la revista *Interea Visual*. Durante sus ocho años de vida fue una iniciativa reconocida a escala estatal e internacional.

Quizás la mejor práctica cultural del ámbito municipal gallego, o por lo menos la que obtuvo unos mejores y más perdurables resultados fue la de las bibliotecas públicas de A Coruña. Impulsada en la época en que José Luis Méndez Romeu (PSOE) era concejal de Cultura de la ciudad, logró consolidar e incrementar los hábitos de lectura en una dimensión incomparable a ningún otro terri-

livros a utentes. Nesse mesmo ano, a segunda comarca galega em número de empréstimos era Ferrol, com pouco mais de 50.000. Assim mesmo, trabalhavam por então nessa rede corunhesa 420 pessoas, frente às 82 das bibliotecas públicas do Salnés e às 71 do Morrazo (segunda e terceira comarca com maior dotação de pessoal em bibliotecas). As cifras de utentes inscritos, de visitas a bibliotecas ou de acesso digital seguem a mesma linha.

Mas sem dúvida, desde o nosso ponto de vista, a etapa dourada das políticas culturais do país foi a legislatura em que governou o bipartito PSOE-BNG. Não chegou a ter um plano estratégico de cultura, mas sim se incrementaram os orçamentos nesta área, concedeu-se-lhe um peso relevante na ação de governo, cresceu notavelmente a atividade, incrementou-se a transparência nas ajudas, e sobretudo dotou-se dum critério de intervenção coerente e integral. Desde a Secretaria de Cultura, dirigida por Ánxela Bugallo (BNG), puseram-se em marcha a Axencia Galega das Industrias Culturais (AGADIC) e a Axencia Audiovisual Galega, criaram-se a Rede Galega de Música ao Vivo, a Rede Galega de Salas e a Rede Galega de Locais de Ensaio, surgiram linhas orientadas à internacionalização de artistas, como o Galician Tunes (música) e o Galician Way, redigiu-se um Plano Galego das Artes Cénicas, acordado com o setor, e uma Lei do Livro e a Leitura, e tentou dar-se viabilidade económica ao complexo da Cidade da Cultura da Galiza com a constituição da Fundación Gaiás. Também é filha desta época a criação do Observatorio da Cultura Galega, no seio do Consello da Cultura Galega, primeira iniciativa de elaboração regular de estatísticas culturais.

Não queremos finalizar este apartado sem mencionar outra boa prática que, embora não se pode considerar uma política cultural, sim contribuiu seriamente à articulação do tecido cultural galego. Estamos a falar do

torio gallego. En 2010 prestaba medio millón de libros a usuarios. En esa mesma anualidad, la segunda comarca gallega en número de préstamos era Ferrol, con poco más de 50.000. Así mismo, trabajaban por entonces en esa red coruñesa 420 personas, frente a las 82 de las bibliotecas públicas del Salnés y a las 71 del Morrazo (segunda y tercera comarca con mayor dotación de personal en bibliotecas). Las cifras de usuarios inscritos, de visitas a bibliotecas o de acceso digital siguen la misma línea.

Pero sin duda, desde nuestro punto de vista, la etapa dorada de las políticas culturales del país fue la legislatura en que gobernó el bipartito PSOE-BNG. No llegó a haber un plan estratégico de cultura, pero sí se incrementaron los presupuestos en esta área, se le dio un peso relevante en la acción de gobierno, creció notablemente la actividad, se incrementó la transparencia en las ayudas, y sobre todo se dotó de un criterio de intervención coherente e integral. Desde la Consellería de Cultura, dirigida por Ánxela Bugallo (BNG), se pusieron en marcha la Axencia Galega das Industrias Culturais (AGADIC) y la Axencia Audiovisual Galega, se crearon la Rede Galega de Música ao Vivo, la Rede Galega de Salas y la Rede Galega de Locais de Ensaio, surgieron líneas orientadas a la internacionalización de artistas, como el Galician Tunes (música) y el Galician Way, se redactó un Plan Galego das Artes Escénicas, consensuado con el sector, y una Lei do Libro e a Lectura, y se le intentó dar viabilidad económica al complejo de la Cidade da Cultura de Galicia mediante la constitución de la Fundación Gaiás. También es deudora de esta época la creación del Observatorio da Cultura Galega, en el seno del Consello da Cultura Galega, primera iniciativa de elaboración regular de estadísticas culturales.

No queremos finalizar este apartado sin mencionar otra buena práctica que, aunque no se puede considerar una política cultural, sí que contribuyó seriamente a la vertebración

Culturgal, a feira galega das indústrias culturais, nacido en 2007 (em meio ao mandato do bipartito), e desde então a principal mostra e ponto de encontro anual da nossa produção cultural. A Associação Culturgal que gere a feira está composta por diversas Ordens profissionais representativas do sector, nomeadamente, a Asociación Galega de Editores (AGE), a Asociación Galega de Empresas de Artes Escénicas (Escena Galega), a Asociación Galega de Empresas Musicais (AGEM), as Empresas Galegas Dedicadas a Internet e ás Novas Tecnoloxías (Eganet), e a Asociación Galega de Produtoras Independentes (AGAPI). Quiçá o Culturgal seja o único espaço estável de diálogo e cooperação entre diferentes disciplinas artísticas de que dispomos no país.

ción del tejido cultural gallego. Estamos hablando del Culturgal, la feria gallega de las industrias culturales, nacido en 2007 (en pleno mandato del bipartito), y desde entonces el principal escaparate y punto de encuentro anual de nuestra producción cultural. La Asociación Culturgal que gestiona la feria está compuesta por diversas asociaciones profesionales representativas del sector, a saber, la Asociación Galega de Editores (AGE), la Asociación Galega de Empresas de Artes Escénicas (Escena Galega), la Asociación Galega de Empresas Musicais (AGEM), las Empresas Galegas Dedicadas a Internet e ás Novas Tecnoloxías (Eganet), y la Asociación Galega de Produtoras Independientes (AGAPI). Quizás el Culturgal sea el único espacio estable de diálogo y cooperación entre distintas disciplinas artísticas del que disponemos en el país.



A NOVA DIREITA E A CULTURA

A partir da publicação em 2001 do livro de Jon Hawkes *The Fourth Pillar of Sustainability: culture's essential role in public planning*, na esfera internacional a cultura está considerada como o quarto pilar do desenvolvimento, junto da economia, a sociedade e o médio natural. Alguns autores corrigem, com razão, que é o mais débil dos quatro, e que por esse motivo precisa de um maior esforço legitimador, de argumentar com mais ênfase as bondades do investimento público em cultura. Como bem sublinham Lluís Bonet e Emmanuel Négrier (2011):

O campo de intervenção cultural e os paradigmas que dirigem as suas políticas, bem como os beneficiários das mesmas, são bem mais etéreos (baseados nas externalidades) e de impacto direto mais reduzido ou de longo prazo que o de outras políticas sociais, como a saúde, educação e serviços sociais, que têm um carácter bem mais universal (bens públicos). Esta é a razão pela que as políticas culturais têm uma maior necessidade de legitimação; situação especialmente patente em momentos de corte orçamental.

Já dispomos de evidências científicas (Pau Rausell) que demonstram que os territórios que possuem indústrias culturais e criativas mais pujantes apresentam maiores taxas de crescimento económico. E ao que parece não é uma mera correlação (algo lógico em termos intuitivos) senão que o vínculo é causal: se cresce o primeiro elemento, cresce o segundo. A cultura, como a própria ciência, é um fator de prosperidade numa economia de serviços a cada vez mais baseada no conhecimento e na criatividade.

Ainda assim, é razoável pensar que, perante a emergência da crise e o seu inquietante impacto social, os responsáveis políticos vejam a cultura como uma despesa prescindível e não como uma oportunidade. Até aí tudo bem. No entanto, pode-se suspeitar que no caso espanhol não se trate de uma simples decisão asséptica e pragmática. O

LA NUEVA DERECHA Y LA CULTURA

A partir de la publicación en 2001 del libro de Jon Hawkes *The Fourth Pillar of Sustainability: culture's essential role in public planning*, en la esfera internacional la cultura está considerada como el cuarto pilar del desarrollo, junto con la economía, la sociedad y el medio natural. Algunos autores corrigen, con razón, que es el más débil de los cuatro, y que por ese motivo precisa de un mayor esfuerzo legitimador, de argumentar con más énfasis las bondades de la inversión pública en cultura. Como bien subrayan Lluís Bonet y Emmanuel Négrier (2011):

El campo de intervención cultural y los paradigmas que dirigen sus políticas, así como los beneficiarios de las mismas, son mucho más etéreos (basados en las externalidades) y de impacto directo más reducido o a largo plazo que lo de otras políticas sociales, como la sanidad, educación y servicios sociales, que tienen un carácter mucho más universal (bienes públicos). Esta es la razón por la que las políticas culturales tienen una mayor necesidad de legitimación; situación especialmente patente en momentos de recorte presupuestario.

Ya disponemos de evidencias científicas (Pau Rausell) que demuestran que los territorios que poseen industrias culturales y creativas más pujantes presentan mayores tasas de crecimiento económico. Y al parecer no es una mera correlación (algo lógico en términos intuitivos) sino que el vínculo es causal: si crece el primer elemento, crece el segundo. La cultura, como la propia ciencia, son un factor de prosperidad en una economía de servicios cada vez más basada en el conocimiento y en la creatividad.

Aun así, es razonable pensar que, ante la emergencia de la crisis y su estremecedor impacto social, los responsables políticos vean la cultura como un gasto prescindible y no como una oportunidad. Hasta ahí todo bien. Sin embargo, cabe la sospecha de que en el caso español no se trate de una simple decisión aséptica y pragmática. El entusias-

entusiasmo da dereita política podando os orçamentos públicos en cultura insinúa verdadeiro grau de ressentimento e vingança, e daí a inócua (mas fortemente simbólica) medida do incremento do IVA en algunas actividades culturais. Já agora, qualificamo-la de inócua porque alguns destacados economistas da cultura afirman que essa medida não produziu grandes efectos, nem na destruição de tecido cultural nem nos rendimentos da Tesouraria pública española.

A hostilidade entre a dereita española e o sector cultural é antiga e foi-se actualizando nas últimas décadas. Um confronto alimentado por ambas as partes. A liturgia dos intelectuais comprometidos abaixo-assinantes permitiu consolidar entre os dirigentes e partidários do PP a imagem da cultura como inimigo político, ou pelo menos como bolsa de votos inatingíveis. Obviamente existem milhares de exceções, quer sejam militantes de dereita amantes da cultura quer sejam artistas conservadores, mas esse imaginário foi assentando de tal forma que hoje o Partido Popular no melhor dos casos ignora, infravalora ou não considera o sector cultural. E o mesmo acontece na Galiza, só que aquí o fenómeno é mais recente. Nunca em trinta e cinco anos de autonomía política a Xunta de Galicia se tinha permitido desprezar com tamanha indiferença o *galeguismo cultural*, e por extensión o conjunto da cultura galega. Sinal, quicá, da fraqueza do sector, uma fraqueza que provém em parte da endogamia, da desunião e da inércia clientelar que denunciamos linhas atrás.

Noutros países não é assim. Na França, na Inglaterra ou nos Estados Unidos, embora persistem reticências históricas entre as artes e o dinheiro, existe uma poderosa burguesia cultural, proprietária de grandes empresas multinacionais, que impede que os políticos esqueçam os seus assuntos quando desenharam a agenda de prioridades. Nesses países existe uma política cultural. Outra coisa é a orientação e a focagem ideológica dessa

mo de la derecha política podando los presupuestos públicos en cultura insinúa cierto grado de resentimiento y venganza, y de ahí la inane (pero fuertemente simbólica) medida del incremento del IVA en algunas actividades culturales. Por cierto, la calificamos de inane porque algunos destacados economistas de la cultura afirman que esa medida no produjo grandes efectos, ni en la destrucción de tejido cultural ni en los ingresos de la hacienda pública española.

La hostilidad entre la derecha española y el sector cultural viene de antiguo y se fue actualizando en las últimas décadas. Una confrontación alimentada por ambas partes. La liturgia de los intelectuales comprometidos abajofirmantes permitió afianzar entre los dirigentes y partidarios del PP la imagen de la cultura como enemigo político, o por lo menos como bolsa de votos inexpugnable. Por supuesto hay mil excepciones, tanto militantes de derechas amantes de la cultura como artistas conservadores, pero ese imaginario fue cuajando de tal forma que hoy el Partido Popular en el mejor de los casos ignora, desatiende o no considera el sector cultural. Y lo mismo sucede en Galicia, sólo que aquí el fenómeno es más reciente. Nunca en treinta y cinco años de autonomía política la Xunta de Galicia se había permitido despreciar con tal displicencia al *galleguismo cultural*, y por extensión al conjunto de la cultura gallega. Señal, quizás, de la flaqueza del sector, una flaqueza que proviene en parte de la endogamia, de la desunión y de la inercia clientelar que denunciamos líneas atrás.

En otros países no es así. En Francia, Inglaterra o Estados Unidos, aunque persisten reticencias históricas entre las artes y el dinero, existe una poderosa burguesía cultural, propietaria de grandes empresas multinacionales, que impide que los políticos olviden sus asuntos cuando diseñan la agenda de prioridades. Allí sí tienen política cultural. Otra cosa es la orientación y el enfoque ideológico de esa política. En las últimas décadas

política. Nas últimas décadas distinguimos em termos teóricos entre uma tradição anglo-saxónica de pendor mais liberal e uma tradição francesa (ou continental) mais social e com um maior peso do Estado. É verdade que, na prática, essas diferenças foram desaparecendo, e que agora as propostas são bem mais híbridas e a casuística mais plural. Contudo, ainda hoje um economista liberal questionará, em coerência com o seu ideário, que o Estado interfira na cultura, ou pelo menos tenderá a propor limites a essa intervenção. O nosso ponto de vista é bem diferente. Achamos, com Pau Rausell, que o mercado puro não atribui de forma eficiente recursos à criação, à pluralidade e à formação, porque a escassa procura dificulta a viabilidade económica das expressões culturais minoritárias, e porque os potenciais receptores de formação não são conscientes das suas carências. De facto, no artigo 11 da Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (Unesco, 2002) indica-se que:

As forças do mercado por si só não podem garantir a preservação e promoção da diversidade cultural, condição de um desenvolvimento humano sustentável. Desde este ponto de vista, convém fortalecer a função primordial das políticas públicas, em parceria com o setor privado e a sociedade civil.

Todavia, assim mesmo respeitamos a visão liberal quando esta é argumentada sem sectarismo, e inclusive pensamos que algumas das suas propostas deveriam ser aplicadas entre nós. Um dos exemplos mais citados é o do Arts Council, um organismo criado na Inglaterra em 1946 para a concessão de ajudas a artistas, e que se rege pelo princípio do “arm’s length”, isto é, a um braço de distância entre o Estado e o beneficiário. Na decisão da partilha de subvenções participam membros dos setores culturais junto a expertos independentes, mas nunca representantes políticos. Dessa maneira evita-se que os partidos políticos cultivem a sua própria clientela artística. Uma solução similar foi a adotada em 2009 na Catalunha, com a

distinguimos en términos teóricos entre una tradición anglosajona de corte más liberal y una tradición francesa (o continental) más social y con un mayor peso del Estado. Es cierto que, en la práctica, esas diferencias fueron desapareciendo, y que ahora las propuestas son mucho más híbridas y la casuística más plural. Con todo, aún hoy un economista liberal cuestionará, en coherencia con su ideario, que el Estado interfiera en la cultura, o por lo menos tenderá a proponer límites a esa intervención. Nuestro punto de vista es bien distinto. Creemos, con Pau Rausell, que el mercado puro no asigna de forma eficiente recursos a la creación, a la pluralidad y a la formación, porque la escasa demanda dificulta la viabilidad económica de las expresiones culturales minoritarias, y porque los potenciales receptores de formación no son conscientes de sus carencias. De hecho, en el artículo 11 de la Declaración Universal sobre la Diversidad Cultural (Unesco, 2002) se indica que:

Las fuerzas del mercado por sí solas no pueden garantizar la preservación y promoción de la diversidad cultural, condición de un desarrollo humano sostenible. Desde este punto de vista, conviene fortalecer la función primordial de las políticas públicas, en asociación con el sector privado y la sociedad civil.

Con todo, por supuesto respetamos la visión liberal cuando ésta es argumentada sin sectarismo, e incluso pensamos que alguna de sus propuestas debieran ser aplicadas entre nosotros. Uno de los ejemplos más citados es lo del Arts Council, un organismo creado en Inglaterra en 1946 para la concesión de ayudas a artistas, y que se rige por el principio del “arm’s length”, es decir, de un brazo de distancia entre el Estado y el beneficiario. En la decisión del reparto de subvenciones participan miembros de los sectores culturales junto con expertos independientes, pero nunca representantes políticos. De esa manera se evita que los partidos políticos cultiven su propia clientela artística. Una solución similar fue la adoptada en 2009 en

constituição do CoNCA, o Consell Nacional de la Cultura i de les Arts. Na Galiza segue primando a subjectividade (modulada por conselhos assessores) e a intervenção directa. Como já vimos, é o mesmo indivíduo que concede as ajudas ou quem organiza as actividades quem obtém réditos políticos.

Em qualquer caso, achamos que é uma péssima notícia que um partido de governo abandone suas funções neste assunto. Nos últimos oito anos de governo conservador só recordamos uma lei relevante (Lei Valentín Paz-Andrade), alguma legislação rotineira e uma intervenção de grande dimensão (Cidade da Cultura da Galiza). Inclusive no delicado assunto do Gaiás, vemos como se está a desincentivar a sua dimensão cultural em favor da empreendedora e tecnológica, diluindo o seu papel potencial no sistema cultural do país. Também devemos incluir no lado positivo deste governo alguns avanços na provisão de postos directivos em instituições culturais mediante concursos sustentados no mérito e a capacidade. Para tudo o resto, nenhuma ideia força, nem uma só fórmula imaginativa, nada memorável, apenas a simples administração dos cortes nos orçamentos e a decadência. Precisamos dum interlocutor na direita do arco parlamentar que lidere ou se comprometa com acordos de política cultural a médio e longo prazo, à margem dos ciclos eleitorais, e não uma Penélope que se limita a bocejar enquanto desfaz o que outros teceram.

Se “as” e “os” dirigentes do PP precisassem exemplos mais próximos que os indicados, e se aceitassem o nosso conselho, sugerir-lhes-íamos que visitassem os municípios portugueses de Santa Maria da Feira e de Tondela, duas boas práticas em políticas culturais e ambos governados desde o dealbar da democracia pelo PSD (centro-direita). E já de passagem, aproveitando a viagem, também recomendar-lhes-íamos que fizessem uma paragem técnica em Guimarães, outra magnífica experiência, neste caso promovida pe-

Cataluña, con la constitución del CoNCA, el Consell Nacional de la Cultura i de les Arts. En Galicia sigue primando la discrecionalidad (modulada por consejos asesores) y la intervención directa. Como ya vimos, ser tú quien concede las ayudas o quien organiza las actividades te da réditos políticos.

En cualquiera caso, creemos que es una pésima noticia que un partido de gobierno haga abandono de funciones en este asunto. En los últimos ocho años de gobierno conservador sólo recordamos una ley relevante (Ley Valentín Paz-Andrade), alguna legislación rutinaria y una intervención de calado (Cidade da Cultura de Galicia). Incluso en el espinoso asunto del Gaiás, vemos como se está achicando su dimensión cultural en favor de la emprendedora y tecnológica, desdibujando su papel potencial en el sistema cultural del país. También cabe situar en el haber de este gobierno ciertos avances en la provisión de puestos directivos en instituciones culturales mediante concursos sustentados en el mérito y la capacidad. Por lo demás, ninguna idea fuerza, ni una sola fórmula imaginativa, nada memorable, sólo la simple administración de los recortes y la decadencia. Precisamos un interlocutor en la derecha del arco parlamentario que lidere o se comprometa a acuerdos de política cultural a medio y largo plazo, al margen de los ciclos electorales, y no una Penélope que se limita a bostezar mientras desteje lo que otros tejieron.

Si las y los dirigentes del PP precisasen ejemplos más próximos que los indicados, y si aceptasen nuestro consejo, les sugeriríamos que visitaran los municipios portugueses de Santa Maria de la Feria y de Tondela, dos buenas prácticas en políticas culturales y ambos gobernados desde el albor de la democracia por el PSD (centro-derecha). Y ya de paso, aprovechando el viaje, también les recomendaríamos que hicieran una parada técnica en Guimarães, otra magnífica experiencia, en este caso impulsada bajo gobiernos del PS (centro-izquierda).

los governos do PS (centro-esquerda).

Em datas recentes, a Secretaria de Cultura veio anunciar a elaboração de um documento titulado “Estratégia da cultura galega 2021”. A omissão da palavra “plano” já parece anunciar um corte no grau de concretização do que aí resultar. Porém, aplaudimos a iniciativa e desejamos o maior dos sucessos. Só esperamos que o processo esteja regido pelo rigor metodológico e não se trate apenas de um simulacro que queime o terreno por anos e desmoralize aos participantes. Que a resignação e o ceticismo não vençam à esperança.

O QUÊ FAZER?

O setor cultural atravessa na Galiza e Europa a sua enésima crise, nesta ocasião mais aguda que outras anteriores pela participação de no mínimo dois fatores. De uma parte, a chamada revolução digital, que arruinou os modelos de negócio das velhas indústrias culturais, designadamente da fonográfica e do cinema, além de modificar os processos de criação, produção e consumo cultural para fórmulas mais colaborativas. De outra parte, a crise económica, que trouxe uma queda acentuada dos orçamentos públicos de cultura, a contração das partidas de patrocínio cultural das empresas e a queda dos consumos culturais da população. Segundo os nossos cálculos, em 2014 circulavam pelo sistema cultural galego quinhentos milhões de euros menos do que no início da crise. Essa contração de recursos arrastou a diminuição do setor cultural, com uma perda de entre sete mil e doze mil empregos, segundo o ano considerado, além de uma intensificação na precariedade laboral inerente ao setor.

No entanto, o novo cenário não se caracteriza apenas pelo encolher quantitativo mas pelos reptos qualitativos que apresenta, de mudança de paradigma. A dupla crise que acabamos de mencionar conduziu a uma espécie de reconversão setorial que exige no-

En fechas recientes, la Consellería de Cultura viene de anunciar la elaboración de un documento titulado “Estrategia de la cultura gallega 2021”. La omisión de la palabra “plan” ya semeja anunciar una rebaja en el grado de concreción de lo que ahí resulte. Con todo, aplaudimos la iniciativa y le deseamos el mayor de los éxitos. Sólo esperamos que el proceso esté regido por el rigor metodológico y no se trate de un simulacro que queme el terreno por años y desmoralice a los participantes. Que la resignación y el escepticismo no venzan a la esperanza.

QUE HACER?

El sector cultural atraviesa en Galicia y Europa su enésima crisis, en esta ocasión más aguda que otras anteriores por la concurrencia de cuanto menos dos factores. Por una parte, la llamada revolución digital, que desbarató los modelos de negocio de las viejas industrias culturales, en particular de la fonográfica y del cine, además de modificar los procesos de creación, producción y consumo cultural hacia fórmulas más colaborativas. Por otra, la crisis económica, que implicó un brusco descenso en los presupuestos públicos de cultura, la contracción en las partidas de patrocinio cultural de las empresas y la caída de los consumos culturales de la población. Según nuestros cálculos, en 2014 circulaban por el sistema cultural gallego quinientos millones de euros menos que al inicio de la crisis. Esa merma de recursos trajo emparejada la minoración del sector cultural, con una pérdida de entre siete mil y doce mil empleos, según la anualidad, además de una intensificación en la precariedad laboral congénita del sector.

Sin embargo, el nuevo escenario no se caracteriza sólo por el encogimiento cuantitativo sino por los retos cualitativos que presenta, de cambio de paradigma. La doble crisis que acabamos de mencionar condujo a una especie de reconversión sectorial que exige

vas formas de trabalhar a cultura. No espaço cultural europeu está a generalizar-se um novo modelo menos dependente do financiamento público, e que obriga a uma maior diversificação de recursos, a uma maior ênfase no trabalho cooperativo, à incorporação inevitável das novas tecnologias e a um maior envolvimento dos públicos.

O conjunto do sistema cultural galego deve preparar-se para este desafio, começando pelas administrações públicas, enquanto agente central desse sistema, mas também incluindo os restantes agentes privados e sociais. Em outro lugar dizíamos que no atual contexto “a responsabilidade primordial das administrações públicas deveria ser facilitar o trânsito para o novo modelo, acompanhar os agentes culturais na mudança, fornecer-lhes as ferramentas e conhecimentos para se reciclarem no novo cenário, e assim garantir uma aterragem suave, o menos traumática possível”.

Ora bem, a nosso entender, essa reorientação das políticas culturais deveria passar por uma bateria integral de medidas que atendam ao tecido empresarial e profissional, ao coletivismo cultural, ao conjunto da cidadania e à reformulação do papel do setor público.

E no que respeita às empresas, os profissionais e os artistas, pensamos que se requeria:

- Incentivar a economia social entre os profissionais do setor.
- Facilitar a colaboração entre empresas culturais para encetar projetos de maior dimensão, impacto social e projeção externa.
- Garantir a participação competitiva no acesso a postos de direção de espaços culturais públicos, primando o mérito e a qualidade dos projetos apresentados, e oferecendo remuneração digna.
- Mediar com entidades financeiras para facilitar a concessão de empréstimos a empresas.

nuevas formas de trabajar la cultura. En el espacio cultural europeo se está generalizando un nuevo modelo menos dependiente de la financiación pública, y que obliga a una mayor diversificación de recursos, a un mayor énfasis en el trabajo cooperativo, a la incorporación ineludible de las nuevas tecnologías y a una mayor implicación de los públicos.

El conjunto del sistema cultural gallego debe prepararse para este desafío, comenzando por las administraciones públicas, en tanto que agente central de ese sistema, pero también incluyendo a los restantes agentes privados y sociales. En otro lugar decíamos que en el actual contexto “la responsabilidad primordial de las administraciones públicas debiera ser facilitar el tránsito hacia el nuevo modelo, acompañar a los agentes culturales en el cambio, proveerles de herramientas y conocimientos para reciclarse en el nuevo escenario, y así garantizar un aterrizaje suave, lo menos traumático posible”.

Pues bien, a nuestro juicio, esa reorientación de las políticas culturales debiera pasar por una batería integral de medidas que atiendan al tejido empresarial y profesional, al asociacionismo cultural, al conjunto de la ciudadanía y a la reformulación del papel del sector público.

En lo tocante a las empresas, los profesionales y los artistas, pensamos que se requeriría:

- Fomentar la economía social entre los profesionales del sector.
- Facilitar la colaboración entre empresas culturales para acometer proyectos de mayor dimensión, impacto social y proyección exterior.
- Garantizar la concurrencia competitiva en el acceso a puestos de dirección de espacios culturales públicos, primando el mérito y la calidad de los proyectos presentados, y ofreciendo remuneraciones dignas.
- Mediar con entidades financieras para facilitar la concesión de préstamos a empre-

- Favorecer o investimento privado em cultura mediante isenções fiscais.
- Propiciar a colaboração comercial entre empresas culturais e de outros setores.
- Proteger os artistas com um novo regime laboral e enquadramento fiscal;
- Potenciar a conexão com agentes e operadores internacionais.

No que respeita ao papel das administrações públicas no mercado cultural, achamos que seria necessário:

- Incentivar a elaboração de planos e programas culturais participados pela cidadania e os agentes da cultura;
- Racionalizar a rede de equipamentos culturais e hierarquizar territorialmente os seus usos e programações;
- Acabar com a gratuidade generalizada na oferta cultural pública, utilizando preços políticos naqueles casos em que a finalidade sociocultural o justificar;
- Reduzir paulatinamente a oferta pública de programação comercial que suponha concorrência desleal para outros agentes;

E na esfera sociocultural, entendemos que seria imprescindível:

- Incrementar a contratação de profissionais dedicados a labores socioculturais de proximidade, em especial no âmbito rural e nos bairros periféricos das cidades;
- Desenhar novas políticas orientadas à proteção da diversidade cultural e ao incentivo à coesão social;
- Alargar os canais de colaboração com o tecido associativo e com os coletivos amadores, facilitando a cogestão dos espaços públicos culturais de proximidade e promovendo a partilha de recursos;

sas.

- Favorecer la inversión privada en cultura mediante exenciones fiscales.
- Propiciar la colaboración comercial entre empresas culturales y de otros sectores.
- Proteger los artistas con un nuevo régimen laboral y marco de cotización;
- Potenciar la conexión con agentes y operadores internacionales.

En lo que respeta al papel que juegan las administraciones públicas en el mercado cultural, creemos que sería necesario:

- Impulsar la elaboración de planes y programas culturales participados por la ciudadanía y los agentes de la cultura;
- Racionalizar la red de equipamientos culturales y jerarquizar territorialmente sus usos y programaciones;
- Acabar con la gratuidad generalizada en la oferta cultural pública, empleando precios políticos en aquellos casos en que la finalidad sociocultural lo justifique;
- Reducir paulatinamente la oferta pública de programación comercial que suponga competencia desleal para otros agentes;

Y en la esfera sociocultural, entendemos que sería imprescindible:

- Incrementar la contratación de profesionales dedicados a labores socioculturales de proximidad, en especial en el ámbito rural y en los barrios periféricos de las ciudades;
- Diseñar nuevas políticas orientadas a la protección de la diversidad cultural y al fomento de la cohesión social;
- Ampliar los canales de colaboración con el tejido asociativo y con las agrupaciones amateurs, facilitando la cogestión de los espacios públicos culturales de proximidad y promoviendo la mutualización de recursos;

- Ofertar um ambicioso programa de formação técnico-profissional.
- E obviamente promover a criatividade social, o que deveria ser sua missão principal, mediante iniciativas que juntem a cultura e a educação, em todas as faixas etárias e nos diferentes segmentos de população.

Obviamente estas recomendações de política cultural não impedem que os agentes sociais e privados realizem mudanças profundas nos seus procedimentos e nos seus modelos de negócio para os adaptar aos tempos, mas o papel dominante das administrações públicas faz que qualquer movimento seu provoque uma mudança nas regras do jogo e um reposicionamento dos restantes jogadores.

A capacidade tratora do poder político, somada a uma intensa renovação do tecido cultural, permitirá que o ecossistema cultural galego estimule a criatividade cidadã, incentive o talento, gere prosperidade, reforce nossa identidade e contribua à coesão social. Coisas todas que vem recomendando a Unesco desde 1982 (faz 35 anos!) a partir da célebre Conferência Mundial de México sobre as Políticas Culturais - Mondiacult.

- Ofertar un ambicioso programa de formación, en clave profesionalizante;
- Y por supuesto “trabajar la cantera”, lo que debiera ser su misión principal, mediante iniciativas que conjuguen la cultura y la educación, en todas las franjas de edad y en los diferentes segmentos de población.

Obviamente estas recomendaciones de política cultural no obstan para que los agentes sociales y privados deban acometer cambios profundos en sus formas de hacer y en sus modelos de negocio para adaptarse a los tiempos, pero el rol preponderante de las administraciones públicas hace que cualquier movimiento suyo provoque un cambio en las reglas del juego y un reposicionamiento de los restantes jugadores.

La capacidad tractora del poder político, sumada a una intensa renovación del tejido cultural, permitirá que el ecosistema cultural gallego estimule la creatividad ciudadana, incentive el talento, genere prosperidad, refuerce nuestra identidad y contribuya a la cohesión social. Cosas todas que viene recomendando la Unesco desde 1982 (¡hace 35 años!) a partir de la célebre Conferencia Mundial de México sobre las Políticas Culturales - Mondiacult.



BIBLIOGRAFIA

- Bonet, Lluís; Négrier, Emmanuel (2011). "La tensión estandarización-diferenciación en las políticas culturales. El caso de España y Francia". GAPP. Revista Gestión y Análisis de Políticas Públicas 6, pp. 53-73.
<https://revistasonline.inap.es/index.php?journal=GA-PP&page=article&op=view&path%5B%5D=9946&path%5B%5D=10242>
- Bouzada, Xan (2001). "As políticas culturais na España actual. Acerca dalgúns retos e dilemas político-culturais do Estado autonómico". Grial 149, pp. 83-102.
- (2008). "Políticas culturais e desenvolvemento socioeconómico. Algunhas anotacións sobre a situación galega". RIPS 3, Vol. 7, pp. 31-54.
<https://minerva.usc.es/xmlui/bitstream/handle/10347/8333/04.rips7-1.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Bouzada, Xan (Dir.); Fernández, Mercedes; Valverde, Miguel (2007). As políticas culturais nas sete principais cidades galegas. Consello da Cultura Galega. Observatorio da Cultura Galega.
<http://consellodacultura.gal/publicacion.php?id=111>
- Hawkes, Jon (2001). The Fourth Pillar of Sustainability: culture's essential role in public planning. Cultural Development Network.
[http://www.culturaldevelopment.net.au/community/Downloads/HawkesJon\(2001\)TheFourthPillarOfSustainability.pdf](http://www.culturaldevelopment.net.au/community/Downloads/HawkesJon(2001)TheFourthPillarOfSustainability.pdf)
- Lage, Xesús; Losada, Antón; Gómez, Marta (2012). "La política cultural en la comunidad autónoma gallega: de la dependencia a la autonomía". RIPS 3, Vol. 11, pp. 115-148.
<http://www.usc.es/revistas/index.php/rips/article/view/1021/954>
- Lorenzo, Marcos (2010). "O sector cultural en Galicia: entre a penuria das políticas e a adolescencia dos mercados", en Informe Galicia 2010, (Atlántica de Información e Comunicación), pp. 277-302.
<https://eneres.files.wordpress.com/2013/09/cultura-informe-galicia-2010.pdf>
- (2012). "Contexto e dinámica cultural de Galicia". Grial 194, pp. 137-143.
<https://eneres.files.wordpress.com/2013/09/12-1-marcos-lorenzo-grial-194.pdf>
- (2015). "Por unha nova política cultural en Galicia", en xornal dixital Praza Pública.
<http://praza.gal/opinion/2350/por-unha-nova-politica-cultural-en-galicia/>

BIBLIOGRAFÍA

- Bonet, Lluís; Négrier, Emmanuel (2011). "La tensión estandarización-diferenciación en las políticas culturales. El caso de España y Francia". GAPP. Revista Gestión y Análisis de Políticas Públicas 6, pp. 53-73.
<https://revistasonline.inap.es/index.php?journal=GA-PP&page=article&op=view&path%5B%5D=9946&path%5B%5D=10242>
- Bouzada, Xan (2001). "As políticas culturais na España actual. Acerca dalgúns retos e dilemas político-culturais do Estado autonómico". Grial 149, pp. 83-102.
- (2008). "Políticas culturais e desenvolvemento socioeconómico. Algunhas anotacións sobre a situación galega". RIPS 3, Vol. 7, pp. 31-54.
<https://minerva.usc.es/xmlui/bitstream/handle/10347/8333/04.rips7-1.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Bouzada, Xan (Dir.); Fernández, Mercedes; Valverde, Miguel (2007). As políticas culturais nas sete principais cidades galegas. Consello da Cultura Galega. Observatorio da Cultura Galega.
<http://consellodacultura.gal/publicacion.php?id=111>
- Hawkes, Jon (2001). The Fourth Pillar of Sustainability: culture's essential role in public planning. Cultural Development Network.
[http://www.culturaldevelopment.net.au/community/Downloads/HawkesJon\(2001\)TheFourthPillarOfSustainability.pdf](http://www.culturaldevelopment.net.au/community/Downloads/HawkesJon(2001)TheFourthPillarOfSustainability.pdf)
- Lage, Xesús; Losada, Antón; Gómez, Marta (2012). "La política cultural en la comunidad autónoma gallega: de la dependencia a la autonomía". RIPS 3, Vol. 11, pp. 115-148.
<http://www.usc.es/revistas/index.php/rips/article/view/1021/954>
- Lorenzo, Marcos (2010). "O sector cultural en Galicia: entre a penuria das políticas e a adolescencia dos mercados", en Informe Galicia 2010 (Atlántica de Información e Comunicación), pp. 277-302.
<https://eneres.files.wordpress.com/2013/09/cultura-informe-galicia-2010.pdf>
- (2012). "Contexto e dinámica cultural de Galicia". Grial 194, pp. 137-143.
<https://eneres.files.wordpress.com/2013/09/12-1-marcos-lorenzo-grial-194.pdf>
- (2015). "Por unha nova política cultural en Galicia", Praza Pública.
<http://praza.gal/opinion/2350/por-unha-nova-politica-cultural-en-galicia/>

- (2016). “Canto pesa a cultura?” Luzes 30, pp. 16-22.
https://enseres.files.wordpress.com/2013/09/canto-pesa-a-cultura_luzes.pdf
- (2017). “O perímetro da cultura galega”, en xornal dixital Praza Pública:
<http://praza.gal/opinion/3795/o-perimetro-da-cultura-galega/>
- Miralles, Eduard; Políticas culturales (OEI):
http://www.oei.es/historico/cultura/politicas_culturales.htm
- Pose, Héctor (2006). La cultura en las ciudades. Un quehacer cívico-social. Editorial GraÓ.
- Pose, Héctor; Pérez Rúa, Manuel (2008). “La acción cultural pública en Galicia: entre la definición y la precariedad”, en Planificación estratégica de la cultura en España. Fundación Autor, pp. 205-226.
- Pose, Héctor; Valdemoro, María de los Ángeles; Varela, Laura (2016). “Educando en cultura: Fantasiarte como buena práctica”, en Actas do IV Congreso Iberoamericano de Pedagogía Social. Universidad Autónoma de Puebla (México), pp. 412-419.
<https://drive.google.com/file/d/0BzEw8Pa2Q4R-NUENHdHRubXdIYzQ/view>
- Rausell, Pau. Poder y cultura. El origen de las políticas culturales:
<http://www.econcult.eu/wp-content/uploads/2015/09/PoderCultura.pdf>
- (2016). “Políticas culturales locales y autonómicas”, en Informe sobre el estado de la cultura en España. Fundación Alternativas, pp. 72-94.
<http://www.econcult.eu/wp-content/uploads/2016/04/P%C3%A1ginas-desde%20la%20cultura-tripas-2.pdf>
- Rodríguez Morató, Arturo (2012). “El análisis de la política cultural en perspectiva sociológica. Claves introductorias al estudio de caso español”. RIPS 3, Vol. 11, pp. 15-38.
<http://www.usc.es/revistas/index.php/rips/article/view/1017/951>
- VV. AA. (1982). Conferencia Mundial de México sobre las Políticas Culturales – Mondiacult. Unesco.
<http://unesdoc.unesco.org/ima-ges/0005/000525/052505sb.pdf>
- VV.AA. (2002). Declaración Universal sobre la Diversidad Cultural. Unesco.
<http://unesdoc.unesco.org/ima-ges/0012/001271/127162s.pdf>
- (2016). “Canto pesa a cultura?”, Luzes 30, pp. 16-22.
https://enseres.files.wordpress.com/2013/09/canto-pesa-a-cultura_luzes.pdf
- (2017). “O perímetro da cultura galega”, Praza Pública.
<http://praza.gal/opinion/3795/o-perimetro-da-cultura-galega/>
- Miralles, Eduard; “Políticas culturales” (OEI):
http://www.oei.es/historico/cultura/politicas_culturales.htm
- Pose, Héctor (2006). La cultura en las ciudades. Un quehacer cívico-social. Editorial GraÓ.
- Pose, Héctor; Pérez Rúa, Manuel (2008). “La acción cultural pública en Galicia: entre la definición y la precariedad”, en Planificación estratégica de la cultura en España. Fundación Autor, pp. 205-226.
- Pose, Héctor; Valdemoro, María de los Ángeles; Varela, Laura (2016). “Educando en cultura: Fantasiarte como buena práctica”, en Actas del IV Congreso Iberoamericano de Pedagogía Social. Universidad Autónoma de Puebla (México), pp. 412-419.
<https://drive.google.com/file/d/0BzEw8Pa2Q4R-NUENHdHRubXdIYzQ/view>
- Rausell, Pau. Poder y cultura. El origen de las políticas culturales:
<http://www.econcult.eu/wp-content/uploads/2015/09/PoderCultura.pdf>
- (2016). “Políticas culturales locales y autonómicas”, en Informe sobre el estado de la cultura en España. Fundación Alternativas, pp. 72-94.
<http://www.econcult.eu/wp-content/uploads/2016/04/P%C3%A1ginas-desde%20la%20cultura-tripas-2.pdf>
- Rodríguez Morató, Arturo (2012). “El análisis de la política cultural en perspectiva sociológica. Claves introductorias al estudio de caso español”. RIPS 3, Vol. 11, pp. 15-38.
<http://www.usc.es/revistas/index.php/rips/article/view/1017/951>
- VV. AA. (1982). Conferencia Mundial de México sobre las Políticas Culturales – Mondiacult. Unesco.
<http://unesdoc.unesco.org/ima-ges/0005/000525/052505sb.pdf>
- VV.AA. (2002). Declaración Universal sobre la Diversidad Cultural. Unesco.
<http://unesdoc.unesco.org/ima-ges/0012/001271/127162s.pdf>

VV. AA. (2004). Agenda 21 de la Cultura. Un compromiso de las ciudades y los gobiernos locales para el desarrollo cultural. CGLU. Ciudades e Gobiernos Locais Unidos.

<http://femp.femp.es/files/566-58-archivo/Agenda%2021%20de%20la%20Cultura.pdf>

VV. AA. (2009). Guía para la evaluación de las políticas culturales locales. FEMP. Federación Española de Municipios y Provincias.

http://femp.femp.es/files/566-762-archivo/Gu%C3%ADa_indicadores%20final.pdf

VV. AA. (2009 a 2016). Anuario de Estadísticas Culturales. Ministerio de Educación, Cultura y Deporte.

VV. AA. (2011). Política cultural 2011 - 2016. Consejo Nacional de la Cultura y las Artes (Chile).

http://www.cultura.gob.cl/wp-content/uploads/2011/11/politica_cultural_2011_2016.pdf

VV. AA. (2016). O sistema produtivo da cultura. Observatorio da Cultura Galega.

<http://consellodacultura.gal/publicacion.php?id=3841>

Zurita, Matías (dir.) (2012). Los estados de la cultura. Estudio sobre la institucionalidad cultural pública en los países del SICSUR. Consejo Nacional de la Cultura y las Artes (Chile).

http://cultura.mec.gub.uy/innovaportal/file/52631/1/los_estadosdelacultura.pdf

VV. AA. (2004). Agenda 21 de la Cultura. Un compromiso de las ciudades y los gobiernos locales para el desarrollo cultural. CGLU. Ciudades y Gobiernos Locales Unidos.

<http://femp.femp.es/files/566-58-archivo/Agenda%2021%20de%20la%20Cultura.pdf>

VV. AA. (2009). Guía para la evaluación de las políticas culturales locales. FEMP. Federación Española de Municipios y Provincias.

http://femp.femp.es/files/566-762-archivo/Gu%C3%ADa_indicadores%20final.pdf

VV. AA. (2009 a 2016). Anuario de Estadísticas Culturales. Ministerio de Educación, Cultura y Deporte.

VV. AA. (2011). Política cultural 2011 - 2016. Consejo Nacional de la Cultura y las Artes (Chile).

http://www.cultura.gob.cl/wp-content/uploads/2011/11/politica_cultural_2011_2016.pdf

VV. AA. (2016). O sistema produtivo da cultura. Observatorio da Cultura Galega.

<http://consellodacultura.gal/publicacion.php?id=3841>

Zurita, Matías (dir.) (2012). Los estados de la cultura. Estudio sobre la institucionalidad cultural pública en los países del SICSUR. Consejo Nacional de la Cultura y las Artes (Chile).

http://cultura.mec.gub.uy/innovaportal/file/52631/1/los_estadosdelacultura.pdf



47. L'Arrivée de la sainte Mésachie le 14 novembre 1600



48. La Résurrection de sainte Agathe

